



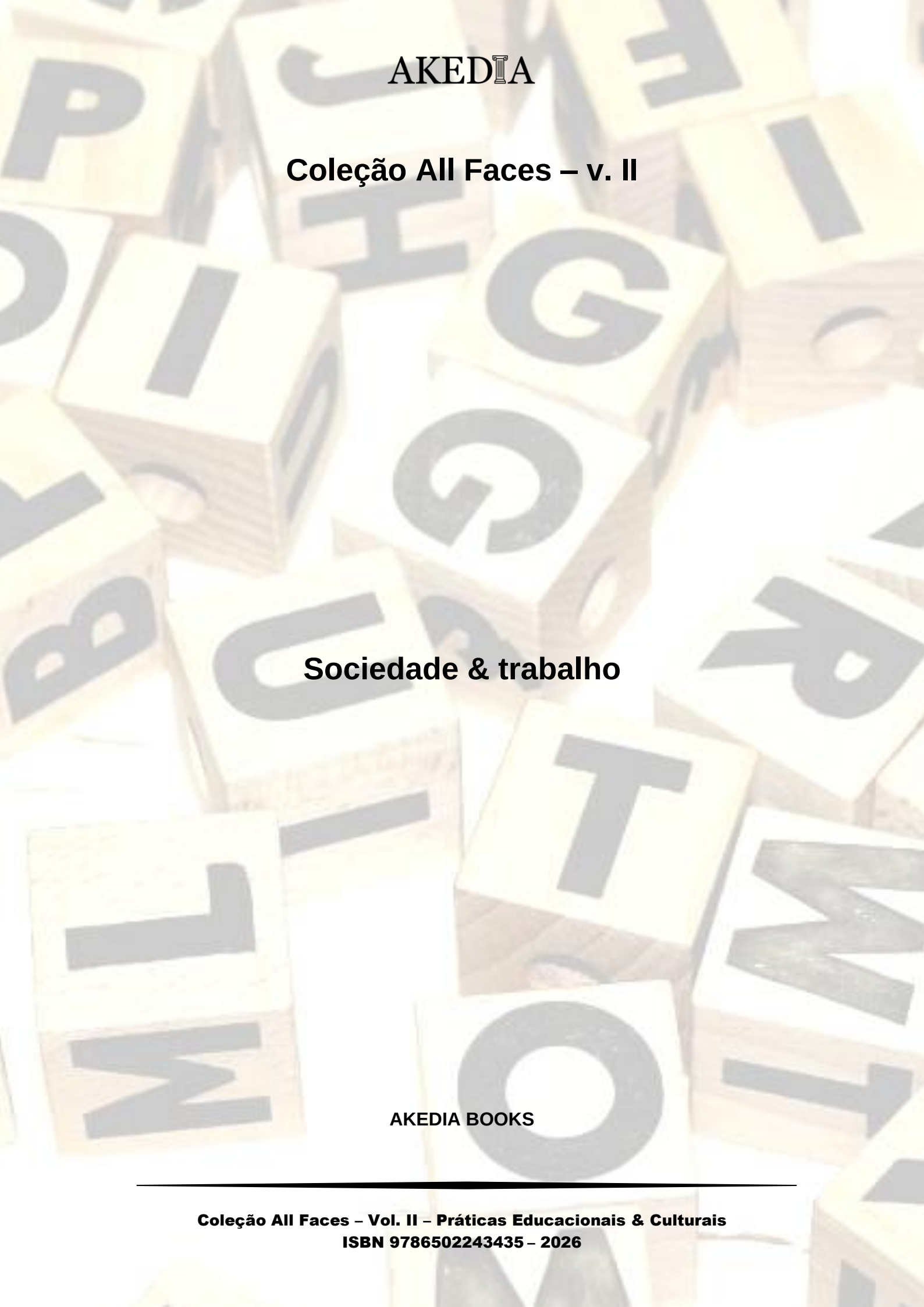
Marcelo Pessoa (Org.)

Coleção All Faces v. II

2026

Sociedade & Trabalho

AKEDIA



AKEDIA

Coleção All Faces – v. II

Sociedade & trabalho

AKEDIA BOOKS

Coleção All Faces – Vol. II – Práticas Educacionais & Culturais
ISBN 9786502243435 – 2026

AKEDIA
Marcelo Pessoa (Org.)

Autores deste volume, na ordem em que aparecem nos capítulos:

Daniel Barros Sabará
Wisley Moreira Farias
Leandro de Souza Pinheiro
Marli Graniel Kinn
Regina de Souza Teixeira
Fabiana Vieira da Silva
Marcelo Pessoa

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – SP

2026

Revisão Linguística

Dr. Marcelo Pessoa

Direção de Diagramação e Arte

Equipe Editorial AKEDIA Books & Journal

Marketing

Arianne Moraes

Informata

Paulo Henrique Pedro

Capa

Equipe AKEDIA de criação

Responsável pela Editoração

Prof. Dr. Marcelo Pessoa

Editor Corporativo

AKEDIA Books

Outros títulos publicados pelo do Grupo SIC, Marcelo Pessoa, AKEDIA Books

1. **Nas Gerais da Cultura** – temas e práticas de redação jornalística / Área-Mãe das Letras – Linguística Textual: ISBN 9788590986102, 2009
2. **Linguagens, Sistemas & Sociedade (org.)** – // Área-Mãe da Produção e Difusão do Conhecimento: ISBN 9788590986119, 2013
3. **Publicações do Grupo de Pesquisa Sociedade, Imagens e Cultura [SIC] (org.)** – // Área-Mãe da Divulgação Científica: ISBN 9788567463827, 2015
4. **Romance Digital** – // Área-Mãe das Letras – Literatura: ISBN 9788590986140, 2017
5. **Divulgação Científica Universitária I (org.)** – // Área-Mãe da Produção e Difusão do Conhecimento: ISBN 9788590986133, 2017 – 1º semestre
6. **Divulgação Científica Universitária II (org.)** – // Área-Mãe da Produção e Difusão do Conhecimento: ISBN 9788590986126, 2017 – 2º semestre
7. **Divulgação Científica Universitária III (org.)** – // Área-Mãe da Produção e Difusão do Conhecimento: ISBN 9788590986157, 2019
8. **A Crônica-Canção de Caetano Veloso** – / / Área-Mãe das Letras – Crítica Literária: ISBN 9781655813313, 2020
9. **A Crônica-Canção de Chico Buarque** – / / Área-Mãe das Letras – Crítica Literária: ISBN 978-85-909861-6-4, 2020
10. **Fronteiras em Movimento (org.)** – os desafios da ciência na era digital // Área-Mãe da Linguística Aplicada: ISBN 9781656124340, 2020
11. **Fala sério!** // Área-Mãe da Produção e Difusão do Conhecimento: ISBN 9786500264654, 2021
12. **Sangue de Alquimista (org.)** – o mistério do quinto elemento // Área-Mãe das Letras – Literatura: ISBN 9798532879300, 2021
13. **Projetos e práticas em neurociência (org.)** – / / Área-Mãe dos Estudos Filosóficos Intersemióticos: ISBN 9786500456585, 2022
14. **O uso de holdings e offshores (org.)** – / / Área-Mãe da Produção e Difusão do Conhecimento: ISBN 9786500493153, 2022
15. **Perdeu, mané, não amola** – um 'dicionário' do governo 'borsonaro' // Área-Mãe da Linguística: ISBN 9798850114961, 2023
16. **Práticas educacionais e culturais** – Coleção All Faces, v. I // Área-Mãe dos Estudos Filosóficos Intersemióticos: ISBN 9786501742687, 2025
17. **Pedagogias interdisciplinares** – / / Área-Mãe da Produção e Difusão do Conhecimento: ISBN 9786501852447, 2025

Conselho Consultivo – Selo Editorial Marcelo Pessoa / AKEDIA Books

Dr. Carlos Eduardo Falavigna da Rocha (USP – Universidade do Estado de São Paulo). Instituto de Biociências – Depto. de Zoologia, Cidade Universitária Currículo: <http://lattes.cnpq.br/0940432323590880>

Dr. Fábio Akcelrud Durão (UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas. Depto. Teoria Literária, Cidade Universitária Zeferino Vaz) Currículo: <https://bv.fapesp.br/pt/pesquisador/88713/fabio-akcelrud-durao/>

Dr. Dionísio Vila Maior (UAL – Universidade Aberta – Lisboa, Portugal) Currículo: <https://www2.uab.pt/departamentos/DH/detaildocente.php?doc=38>

Dra. Susanna Busato (UNESP – Universidade Estadual Paulista, Ibilce) Currículo: <http://lattes.cnpq.br/6152020642730749>

Dr. Isaar Soares de Carvalho (UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais, Frutal) Currículo: <http://lattes.cnpq.br/5170432437971562>

Dr. Frederico Augusto Garcia Fernandes (UEL – Universidade Estadual de Londrina) Currículo: <https://scholar.google.com.br/citations?user=mxLDTXIAAAAJ&hl=en>

Dr. Rodrigo Ney Millan (UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais, Frutal) Currículo: <http://lattes.cnpq.br/4521089561104903>

Dr. Marcelo Pessoa (UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais, Frutal) Currículo: <https://orcid.org/0000-0002-9193-4604>

Dr. Jorge Pedro Sousa (Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal) Currículo: <http://jorgepedrosousa.ufp.edu.pt/jorge-pedro-sousa---curriculo>

Dr. Eder Ângelo Milani (UFGO – Universidade Federal de Goiás – Campus Samambaia) Currículo: <http://lattes.cnpq.br/1420630122459706>

DOI NUMBER: [doi> 10.33726/akdbooks2447-7656allfacesyear2026p06aXXX](https://doi.org/10.33726/akdbooks2447-7656allfacesyear2026p06aXXX)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Sociedade e trabalho [livro eletrônico] / Daniel Barros Sabará...[et al.] ; Marcelo Pessoa (org.).
-- São José do Rio Preto, SP : Ed. dos Autores, 2026. -- (All faces ; 2)
PDF

Outros autores: Wisley Moreira Farias, Leandro de Souza Pinheiro, Marli Graniel Kinn, Regina de Souza Teixeira, Fabiana Vieira da Silva, Marcelo Pessoa.
ISBN 978-65-02-24343-5

1. Cultura 2. Educação 3. Ensaaios brasileiros - Coletâneas 4. Sociedade 5. Trabalho I. Sabará, Daniel Barros. II. Farias, Wisley Moreira. III. Pinheiro, Leandro de Souza. IV. Kinn, Marli Graniel. V. Teixeira, Regina de Souza. VI. Silva, Fabiana Vieira da. VII. Pessoa, Marcelo. VIII. Pessoa, Marcelo. IX. Série.

26-379193.0

CDD-B869.4

Índices para catálogo sistemático:

1. Ensaaios : Literatura brasileira B869.4

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

06. APRESENTAÇÃO

PESSOA, Marcelo

09. ANÁLISE DA DIDÁTICA APLICADA À CIÊNCIA GEOGRÁFICA NO ENSINO DE GEOGRAFIA FÍSICA

SABARÁ, Daniel Barros; FARIAS, Wisley Moreira; PINHEIRO, Leandro de Souza; KINN, Marli Graniel; TEIXEIRA, Regina de Souza

32. UM OLHAR DINÂMICO PARA A INCLUSÃO SOCIAL: A INSERÇÃO DA PESSOA PCD NO MERCADO DE TRABALHO

SILVA, Fabiana Vieira da; PESSOA, Marcelo

45. DILEMAS SOBRE O TRABALHO EM TEMPOS DE PANDEMIA DE COVID-19

PESSOA, Marcelo

63. A ASCENSÃO DO OCIDENTE REPRESENTOU A ASCENSÃO DA LIBERDADE E DA OPULÊNCIA

HIGGS, Robert

Sobre o título do livro, a expressão inglesa que o compõe, *all faces*, suscita um duplo sentido – e, de propósito. Um, o de sua tradução literal: todos os rostos, as várias faces etc. Outro, o que esconde um trocadilho metafórico. A alface é uma planta ambígua na culinária cotidiana – desperta tanto interesse na cozinha quanto o chuchu num churrasco. Isto é, ao entrecruzarmos as várias espécies da hortaliça ‘alface’, que ilustram a capa desta obra, com os temas inscritos no volume I e no II da Coleção, textos também metaforizados pela marca d’água impressa no miolo do volume, em segundo plano da imagem, hasteamos uma bandeira simbólica, como sinal de posicionamento combativo, diante de certas conjunturas da Universidade, tais quais, a saber.

Nos capítulos dispostos no v. I e, agora, os de Sociedade & Trabalho no v. II, as duas acepções do título se ajustam alternada ou cumulativamente, tanto às interfaces das duas áreas do conhecimento supra, quanto ao desdém e à (*des*)nutrição da verdura.

Isto foi concebido assim, em função de que a Equipe AKEDIA, ao criar a ‘Coleção *All Faces*’ – ou, ‘alfaces’, como quiserem lê-la –, resgatou escritos já divulgados noutros tempos de sua prole editorial, somando perto de trinta textos que, ao longo de 10 anos, foram publicados pela Revista AKEDIA, em seu *site*, desde o seu nascimento, em 2015.

Essa retomada vem de 2025, numa relevante quantidade de textos já dados ao público, e se justifica, visto que se prende ao fato de que a Academia Brasileira, nesta última década editorial, simplesmente ignorou a existência de parte desta produção e de seus autores, condição símile noutros periódicos de igual quilate na CAPES. Abaixo, um trecho de Edital de Concurso Docente, promovido pela UNESP (2025), nessa postura:

12.5.2 Serão consideradas as produções dos últimos 10 anos. b.1) Publicações na área de Linguística (máximo 3,0 pontos): [...] artigo científico, de autoria individual ou em coautoria, publicado em periódico com ISSN e com avaliação no QUALIS / CAPES nos estratos A (A1, A2, A3, A4) ou B (B1, B2): 0,5 por artigo (EDITAL Nº 331/2025-CSJRP - PROC. Nº 730/2025-CSJRP – ABERTURA DE INSCRIÇÕES)

Veja que, acima, a Academia Brasileira se mostra tanto pela estratificação QUALIS, quanto pela ‘linha de montagem de produção intelectual’, a que se alojou nas universidades, e que, desde muito, tem imposto aos profissionais da Educação, uma rotina infundada de publicações, da qual redundam um imenso volume de conteúdos feitos apenas para atender quesitos burocráticos de avaliação institucional intramuros, usada em concursos e ainda que, parte de tudo o que for produzido, muitas vezes, seja vazio de importância ou eficácia científica, é dado relegado à irrelevância. Não estou dizendo que sejam todas obras ocas, mas, a julgar pelo esquecimento de alguns Artigos na prateleira de algumas Revistas, e o descaso com que se tem tratado Autores e seus escritos, cultivar tal ideia é no mínimo, tentador. Daí, recebi este e-mail, dia 17/07/2026:

Para: ✉ Marcelo Pessoa de Oliveira

Sex, 17/07/2026 19:46

Você respondeu em Sex, 17/07/2026 19:53

Geralmente, você não recebe emails de lourdeskaminski@gmail.com. [Saiba por que isso é importante](#)

Boa noite, Marcelo.

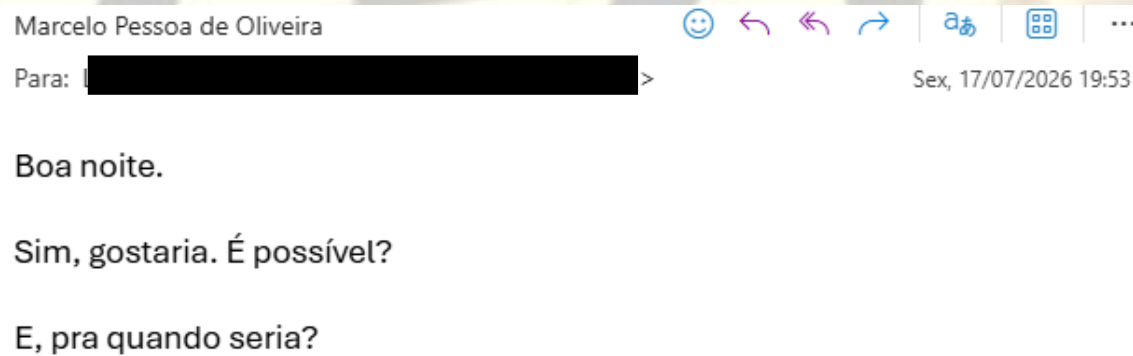
Temos uma equipe que responde os e-mails da revista e não entendo como seu e-mail não foi respondido.

Peço desculpas pelo transtorno, vou verificar o que aconteceu.

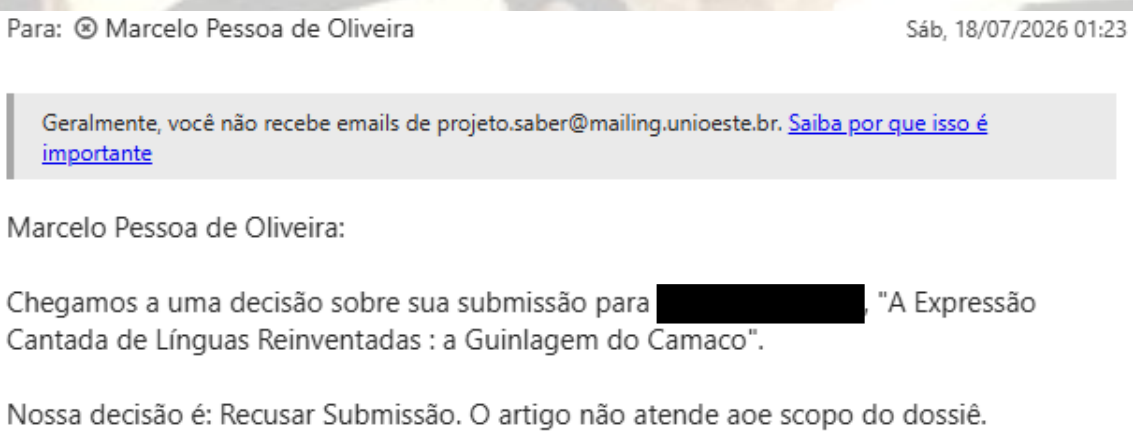
Você gostaria que o artigo fosse publicado na próxima edição da revista?

Att.

Vamos ao contexto do e-mail acima. Enviei um Artigo para uma Revista, 12 meses antes dos e-mails de 17 e 18/07/26 (abaixo). Meses depois da submissão feita, notei certo atraso no fluxo editorial, sobretudo por acompanhar a rotina regular de publicações do periódico, e comecei a enviar mensagens aos Editores. Não responderam nenhum dos inúmeros contatos que fiz, até que, um ano depois, chegou uma mensagem da editoria da Revista (acima), pedindo desculpas por não terem respondido aos meus vários e-mails, e perguntando se eu ainda queria publicar o texto. Respondi imediatamente, dizendo que sim, pois se trata de uma 'A3 no QUALIS', resolvi 'aceitar' as desculpas:



Leiam, que respondi à Revista, minutos depois de seu primeiro contato, em um ano. Mas, mesmo assim, poucas horas depois, no mesmo dia em que pediram desculpas, que disseram que iriam publicar o texto no próximo volume o periódico, durante a madrugada de sexta-feira para sábado (17 para 18/07/26), chegou novo e-mail, que só fui ler no dia seguinte, recusando o texto, alegando não adequação ao Dossiê:



Não é a primeira vez que tenho um texto 'recusado' – ninguém fica contente com isso, mas faz parte de uma curva de aprendizagem, geralmente experimentada no início de carreira – atualmente, tenho quase 30 anos de Docência, faço um segundo doutoramento e já tenho um pós-doc.

O problema que saliento aqui, não é aquele tipo de 'tapa no ego' que pesquisadores consolidados poderiam até sentir. A questão que levanto, é que submeti o Artigo, há mais de um ano, no OJS na Revista. A Equipe Editorial simplesmente 'se esqueceu' de meu Artigo nas prateleiras internas do sistema OJS. Um ano depois, reconheceram haver um problema interno de comunicação, se ofereceram para publicar o *paper* e, inexplicavelmente, poucas horas depois de terem feito um *mea culpa*, pioraram ainda mais a situação de sua 'falta de memória administrativa', recusando um texto que sequer

havia sido submetido para um Dossiê: a submissão foi feita para a seção de temáticas gerais e de fluxo contínuo da Revista: ou seja, na melhor das hipóteses, isso tudo é o puro suco do descaso que se instala em parte da Academia Brasileira.

Agora, voltando ao escopo geral deste Editorial, a AKEDIA, assim como eu, esperou uma década para ser avaliada pela CAPES, instituição única responsável pela emissão desse tipo de chancela no Brasil. E, quando a nota saiu, atribuiu-se a tal periódico, um B4. Neste estrato, praticamente em nenhuma das atividades rotineiras da produção científica, tais Artigos ‘esquecidos’ pelo sistema, poderiam ser aproveitados para quaisquer modalidades de ranqueamento – nisso, a AKEDIA virou churrasco de chuchu!

Isto quer dizer que, independentemente da seriedade ou não do que estiver inscrito nos textos publicados numa Revista B4, B3, B5 ou C, *e. g.*, meio que todas passam a responder uniformemente pela mesma chancela outorgada pela CAPES aos Programas de Pós-Graduação (ver *print* abaixo), os quais se utilizaram de publicações da AKEDIA *inter alia*, em algum momento, entre uma e outra ‘Coleta de dados CAPES’, dando origem ao estrato B4 emitido. Pior que isto, a exemplo do trecho do Edital lido mais acima, Revistas A1, A2, A3, A4, B1 e B2, são pontuadas, num Edital de Concurso, com a mesma nota, como se não houvesse distinção entre estratos A1 e B2 – tudo igual.

Daí, para as ‘AKEDIAS’ semelhantes, uma vez obtido este estrato, e vale ressaltar, depreciado e atrasado que foi, no case akediano, quase ninguém passa a se interessar em ler, avaliar ou adotar como ‘produção científica válida’ o que ali estiver, mesmo que o B4 cancelado não diga respeito aos textos, mas aos Programas de Pós em si:



Pra que serve?

A função do QUALIS é **exclusivamente**, para avaliar a produção científica dos programas de pós-graduação. Qualquer outro uso fora do âmbito de avaliação dos programas de pós-graduação não é de responsabilidade da CAPES.

(Imagem retirada de: <https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/>. Acesso em: 10/10/2025, às 21h58min)

Nisso, víamos que ocorria um equívoco fundamental: o de que o QUALIS, ao mensurar, não os conteúdos dos Artigos, mas os Programas de Pós-Graduação que eventualmente houvessem citado publicações das Revistas em suas próprias publicações, passaram a balizar em conjunto conceitos tanto dados a Pesquisadores quanto às Revistas. Logo, esse uso incorreto do QUALIS, enquanto ele existiu ou estiver ‘navegando’ em meio às ondas acadêmicas, tem feito repousar sobre os Autores e Revistas, tais como os da AKEDIA, o ônus / bônus de uma análise que se fez, por anos, direcionada aos Programas de Pós-Graduação, e não aos conteúdos das publicações.

O que assim se sancionou como ‘correto’, é fruto de adesão enviesada dos avaliadores, ao B4 dos Programas em que os textos da AKEDIA foram publicados. Nesse engano, embarcaram involuntariamente, todos os Autores que nela tiveram seus feitos publicados e, nisso, suas obras simplesmente passaram a ser ignoradas em baremas avaliativos de produção docente, em atividade discente, e editais de concurso *inter alia*.

Por isso, no contexto em que o QUALIS/CAPES foi descontinuado (31/10/24), e que será reformulado (2025/2028), passando a avaliar os conteúdos publicados, e não mais os Programas de Pós para qualificar os periódicos, é não apenas pertinente recuperarmos parte dos textos que foram ‘perdidos’ e postos em ‘desuso’ nesta linha do tempo, como talvez, neste ano de 2026, tenhamos o último e raro momento, em que ainda possamos fazê-lo, realinhando a produção de nossos autores aos novos dias:

Três procedimentos para a (nova) classificação dos artigos:

Primeiro – a classificação se dará pelos indicadores bibliométricos dos veículos de publicação, baseada no desempenho da revista, como é feito atualmente pelo QUALIS Periódicos, mas a classificação vai recair sobre artigos.

Segundo – os indicadores serão extraídos diretamente do artigo, através, por exemplo, do índice de citações alcançadas para a análise quantitativa e dos critérios de indexação e acesso aberto, dentre outros, para averiguar aspectos qualitativos.

Terceiro – a análise qualitativa de artigos é baseada em fatores e metodologias definidos pela área de avaliação que podem abarcar, por exemplo, uma análise de pertinência do tema abordado, avanço conceitual proveniente do trabalho e a contribuição científica do estudo (Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/capes-adotara-classificacao-de-artigos-na-avaliacao-quadrinial>. Acesso em 10/10/2025, às 19h03min.)

Em suma, todos os produtores de conteúdo científico que arduamente nos confiaram seus textos, se submeteram a avaliações por pares em fluxo editorial, e aguardaram ansiosamente pela vazão de nosso *timing* de divulgação, nutrindo a expectativa de que, ao inserirem suas produções no LATTES, não as tiveram como aproveitá-las. Isso, de algum modo, aconteceu, visível, tanto em formatos de ‘esquecimento’ de produção num sistema OJS, quanto num excerto de Edital da UNESP.

Finalmente, como o uso efetivo da produtividade gerada não aconteceu no formato Artigo, retiramos e reeditamos esta ‘obsolescência textual acadêmica’ noutra tipologia – na de Capítulo de Livro –, dando aos nossos Autores, nova oportunidade de terem os resultados de seus esforços científicos (re)aproveitados noutro modelo – boa sorte!

ANÁLISE DA DIDÁTICA APLICADA À CIÊNCIA GEOGRÁFICA NO ENSINO DE GEOGRAFIA FÍSICA

English title: ANALYSIS OF
TEACHING METHODS APPLIED TO
GEOGRAPHIC SCIENCE IN THE
TEACHING OF PHYSICAL
GEOGRAPHY

DOI NUMBER: 10.33726/ akdbooks2447-7656v2y12in2026p10a30

SABARÁ, Daniel Barros¹ – <http://lattes.cnpq.br/0786954454661528>

FARIAS, Wisley Moreira² – <https://orcid.org/0000-0001-5120-2823>

PINHEIRO, Leandro de Souza³ – <http://lattes.cnpq.br/4283839989423703>

KINN, Marli Granie⁴ – <https://orcid.org/0000-0002-6479-6541>

TEIXEIRA, Regina de Souza⁵ – <https://orcid.org/0009-0001-7500-1759>

RESUMO: A Geografia, enquanto ciência e disciplina escolar, desempenha papel fundamental na compreensão das relações entre sociedade e natureza, exigindo práticas pedagógicas que favoreçam a construção do raciocínio geográfico. Nesse cenário, ensinar Geografia Física torna-se um desafio frequente, principalmente quando se utilizam métodos fragmentados e descontextualizados, que comprometem a compreensão significativa dos conteúdos físico-naturais. Este capítulo tem como objetivo analisar a didática da ciência geográfica, com ênfase no ensino da Geografia Física, discutindo como diferentes metodologias de ensino influenciam o processo de ensino-aprendizagem no contexto escolar. A análise caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa, fundamentado em revisão bibliográfica, com base em autores da Geografia e da Educação que discutem a didática geográfica, o método reducionista, o método holístico, a mediação docente e a contextualização do cotidiano no ensino. A discussão evidencia que a predominância de práticas reducionistas, centradas na memorização e na fragmentação dos conteúdos, limita a compreensão integrada do espaço geográfico e compromete o engajamento dos estudantes. Em contraposição, abordagens holísticas, contextualizadas e problematizadoras mostram-se mais adequadas aos objetivos da Geografia escolar, ao integrarem natureza e sociedade e favorecerem a leitura sistêmica do espaço. Destaca-se, ainda, a importância da mediação docente, fundamentada em perspectivas construtivistas e sociointeracionistas, como elemento central para a construção progressiva dos conceitos geográficos. Conclui-se que a adoção de práticas pedagógicas integradoras contribui para o fortalecimento do ensino de Geografia e para a formação de sujeitos críticos, capazes de interpretar o espaço geográfico de forma contextualizada e socialmente comprometida.

PALAVRAS-CHAVE: Geografia escolar, Geografia Física, Didática da Geografia, Ensino-aprendizagem, Raciocínio geográfico

ABSTRACT: Geography, as both a science and a school subject, plays a fundamental role in understanding the relationships between society and nature, requiring pedagogical practices that foster the development of geographic reasoning. In this context, teaching Physical Geography becomes a recurring challenge, especially when fragmented and decontextualized methods are adopted, which compromise the meaningful understanding of physical-natural contents. This chapter aims to analyze the didactics of geographic science, with emphasis on the teaching of Physical Geography, discussing how different teaching methodologies influence the teaching-learning process in the school context. This analysis is characterized as a qualitative study based on a bibliographic review, drawing on authors from Geography and Education who address geographic didactics, the reductionist method, the holistic method, teacher mediation, and the contextualization of everyday life in teaching. The discussion shows that the predominance of reductionist practices, centered on memorization and content fragmentation, limits the integrated understanding of geographic space and negatively affects student engagement. In contrast, holistic, contextualized, and problem-based approaches prove to be more consistent with the objectives of school Geography, as they integrate nature and society and promote a systemic reading of space. The importance of teacher mediation, grounded in constructivist and socio-interactionist perspectives, is also highlighted as a central element in the progressive construction of geographic concepts. It is concluded that the adoption of integrative pedagogical practices contributes to strengthening Geography teaching and to the formation of critical subjects capable of interpreting geographic space in a contextualized and socially committed manner.

KEYWORDS: School Geography, Physical Geography, Geography Didactics, Teaching-learning process, Geographic reasoning

¹ Graduado em Geografia, pela Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Frutal.

² Professor da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG – Unidade Frutal, com atuação nos cursos de Engenharia Agrônoma, Geografia, Tecnologia em Alimentos e Tecnologia em Produção Sucroalcooleira. Doutor em Geotecnia, pela Universidade de Brasília (2012), com Pós-doutorado pela Embrapa Cerrados (2015).

³ Docente da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG – Frutal. Doutor em Geografia pela UNESP – Rio Claro – SP, 2012.

⁴ Docente da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG – Unidade Frutal, nos cursos de Licenciatura em Geografia e Engenharia Agrônoma. Doutora em Geografia Humana, pela Universidade de São Paulo, 2011. Docente / Frutal.

⁵ Doutoranda em Políticas Públicas. Graduada em Pedagogia, pela Universidade Federal de Uberlândia (1999). Mestre em Educação, pela Universidade Federal de Uberlândia (2004). Atualmente é Professora da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG / Frutal. Presidente da Comissão Permanente de Educação das Relações Étnico-Raciais. Participa da Comissão Local de Heteroidentificação. Integrante do Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE – Inclusão). Membro do Conselho Municipal de Educação de Frutal (MG).

I INTRODUÇÃO

A Geografia, enquanto ciência e disciplina escolar, desempenha papel fundamental na formação do pensamento crítico e na compreensão das relações entre sociedade e natureza, ao possibilitar a leitura e interpretação do espaço geográfico em suas múltiplas dimensões. No contexto educacional, o ensino de Geografia ultrapassa a simples transmissão de informações sobre capitais, rios ou formas de relevo, devendo contribuir para a construção de uma consciência espacial, ambiental e cidadã. Nesse sentido, a didática da ciência geográfica assume relevância central, pois, por meio dela, o conhecimento científico é mediado e transformado em conteúdo escolar significativo.

Embora desempenhe um papel formativo fundamental, o ensino de Geografia continua a enfrentar desafios persistentes no contexto escolar, notadamente na abordagem dos teores relacionados à Geografia Física. Fenômenos como clima, relevo, hidrografia, solos e vegetação, frequentemente apresentados de modo fragmentado e excessivamente descritiva, acabam sendo percebidos pelos estudantes como abstratos e distantes de sua realidade cotidiana. Essa dificuldade está, em grande medida, associada à permanência de práticas didáticas tradicionais e reducionistas, que priorizam a memorização de classificações em detrimento da compreensão integrada dos processos naturais e de suas relações com a ação humana.

Diante das inovações tecnológicas, transformações sociais e demandas educacionais emergentes do século XXI, o ensino de Geografia demanda uma postura reflexiva, interdisciplinar e contextualizada. A didática, compreendida como mediação entre o conhecimento científico e o processo de aprendizagem, deve ser analisada, não apenas como um conjunto de técnicas, mas como uma prática pedagógica articuladora entre teoria e realidade, valorizando o saber prévio dos alunos e estimulando uma leitura crítica do espaço.

Diante desse cenário, emerge a necessidade de refletir sobre as metodologias de ensino utilizadas na Geografia escolar, problematizando os limites do método reducionista e investigando alternativas pedagógicas que favoreçam uma aprendizagem mais significativa. Abordagens de caráter holístico, aliadas a princípios construtivistas e sociointeracionistas, apresentam-se como possibilidades para superar a fragmentação do ensino, ao promoverem a articulação entre natureza e sociedade, teoria e prática, conteúdo escolar e espaço vivido. Essas perspectivas ressaltam o papel do professor

como mediador do conhecimento e do aluno como sujeito ativo no processo de aprendizagem.

Parte-se, portanto, da hipótese de que a predominância de práticas reducionistas, no ensino da Geografia Física tendem a dificultar a compreensão do espaço geográfico e a desmotivar os estudantes, enquanto que abordagens holísticas, contextualizadas e problematizadoras contribuem para o desenvolvimento do raciocínio geográfico e para o engajamento do aluno. A articulação entre os conteúdos físico-naturais e o cotidiano dos alunos, especialmente quando considerada a realidade regional, mostra-se fundamental para atribuir sentido ao ambiente escolar e fortalecer sua relevância social.

Assim, este capítulo propõe a fazer uma análise da didática da ciência geográfica, com ênfase no ensino da Geografia Física, buscando compreender como diferentes métodos de ensino influenciam o processo de aprendizagem. A discussão fundamenta-se em revisão bibliográfica de caráter qualitativo, dialogando com autores clássicos e contemporâneos da Geografia e da Educação, a fim de discutir as potencialidades e limitações das práticas pedagógicas adotadas no ensino geográfico (Gil, 2002).

A relevância deste estudo reside na contribuição para o debate sobre a melhoria do ensino de Geografia, especialmente no que se refere à superação da fragmentação entre Geografia Física e Geografia Humana e à valorização de práticas pedagógicas mais integradoras e críticas. Ao refletir sobre metodologias de ensino e mediação do professor, o capítulo busca oferecer subsídios teóricos que possam orientar a prática dos professores e favorecer a formação de estudantes capazes de interpretar o espaço geográfico de maneira crítica, contextualizada e socialmente comprometida.

1.1 Objetivos

Este exame tem como objetivo geral, analisar os impactos de diferentes metodologias no ensino-aprendizagem da Geografia Física, com destaque para os métodos reducionista e holístico, visando compreender como cada abordagem influencia o processo educativo e o desenvolvimento do raciocínio geográfico dos alunos na escola. Especificamente, busca-se: (i) compreender as principais concepções teóricas que fundamentam a didática da Geografia e sua relação com o ensino do meio físico; (ii) analisar os limites do método reducionista no ensino da Geografia, especialmente no tratamento dos conteúdos físico-naturais; (iii) discutir as potencialidades do método holístico e de abordagens integradoras para a aprendizagem da Geografia Física; (iv)

ênfatizar as contribuições do construtivismo e do sociointeracionismo, com destaque para a mediação docente e a Zona de Desenvolvimento Proximal, no ensino geográfico; (v) refletir sobre a importância da contextualização e da problematização do cotidiano como estratégias para superar a fragmentação entre Geografia Física e Geografia Humana; e, (vi) avaliar como práticas pedagógicas integradoras podem contribuir para uma formação crítica, reflexiva e socioambientalmente responsável dos estudantes.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Didática da Geografia e o ensino do meio físico

A didática corresponde ao campo de estudos que investiga as formas pelas quais o conhecimento é organizado, mediado e apropriado no contexto escolar. Mais do que técnicas de ensino, a didática envolve escolhas teóricas que orientam a seleção de conteúdos, metodologias e recursos pedagógicos, visando à formação do pensamento geográfico e à leitura crítica do espaço (Carneiro; Araújo, 2024; Libâneo, 2013).

A didática na Geografia refere-se ao estudo e à aplicação de métodos, estratégias e recursos pedagógicos voltados para o ensino e a aprendizagem dessa disciplina, buscando tornar os conteúdos compreensíveis e significativos para os alunos. Envolve a seleção de temas relevantes, a organização de atividades que promovam a análise crítica do espaço geográfico, a utilização de mapas, gráficos, imagens e tecnologias digitais, além da articulação entre teoria e prática, de modo a desenvolver habilidades de observação, interpretação e reflexão sobre fenômenos naturais, sociais, econômicos e culturais.

Nesse sentido, a didática em Geografia não se limita à transmissão de informações, mas busca formar cidadãos capazes de compreender a dinâmica do mundo, relacionando conhecimentos espaciais à realidade cotidiana e estimulando atitudes conscientes e participativas (Carneiro; Araújo, 2024).

Logo, no âmbito da Geografia Física, a mediação didática reveste-se necessariamente de importância crucial, visto que os tópicos relacionados ao meio físico, como clima, relevo, solos, hidrografia e vegetação, exigem um elevado grau de abstração e integração conceitual. Quando esses itens curriculares são abordados de maneira fragmentada, acabam se tornando listas sem relevância, o que dificulta a compreensão abrangente das interações entre natureza e sociedade (Moraes, 2011).

De acordo com Milton Santos (1996), o espaço geográfico é formado pela união inseparável entre sistemas de objetos e sistemas de ações. Essa perspectiva demanda que a Geografia Física vá além da simples descrição dos elementos naturais, incentivando a análise dos processos, dinâmicas e contradições socioambientais. Assim se fará, de tal maneira, que o ensino de Geografia deverá contribuir para entender o meio físico como fundamento material da organização do território.

Milton Santos destaca ainda que a infraestrutura, cidades, redes de transporte e recursos naturais são transformados continuamente pelas ações sociais, políticas e econômicas dos grupos humanos. Consequentemente, o espaço geográfico não é uma realidade estática, mas sim resultado de uma produção contínua nas relações entre sociedade e natureza. Para a Geografia Física, isso significa analisar, não só as características naturais do território, mas também compreender como a intervenção humana transforma paisagens e processos naturais, proporcionando novas dinâmicas e desafios socioambientais. O ensino desse conceito permite aos estudantes captar o papel ativo da sociedade na configuração do espaço, promovendo uma visão crítica e integrada dos problemas ambientais contemporâneos.

Paulo Freire (1996) destaca que o processo de aprendizagem se torna verdadeiramente significativo, quando o conhecimento escolar estabelece um diálogo com a realidade cultural e social dos estudantes. Esse princípio reforça a importância de considerar o universo dos alunos como ponto de partida para o ensino, promovendo a construção de saberes que façam sentido em seus contextos de vida.

Nessa perspectiva, Cavalcanti (2012) ressalta que o ensino de Geografia deve se fundamentar nas práticas espaciais dos alunos, valorizando vivências cotidianas como ponto inicial para a introdução aos conceitos científicos fundamentais da disciplina. Termos como lugar, território, paisagem, escala, natureza-sociedade e espaço são trabalhados a partir do reconhecimento das experiências estudantis, ampliando a compreensão do mundo em que vivem, promovendo aprendizado crítico e reflexivo.

Pesquisas recentes na área de educação geográfica demonstram que a aprendizagem sobre o meio físico é aprimorada, especialmente se relacionada a problemas concretos, práticas sociais e situações observáveis no cotidiano dos alunos, promovendo uma maior integração entre teoria e prática (Onofri *et al.*, 2023; Luz Neto, 2025).

2.2 O método reducionista no ensino de Geografia e seus impactos na Geografia Física

O método reducionista no ensino de Geografia caracteriza-se pela fragmentação dos conteúdos e pela priorização da memorização de informações isoladas. Historicamente associado à Geografia Tradicional e ao Positivismo, esse método compreende o espaço geográfico como um somatório de partes desconectadas, o que limita a análise relacional e crítica dos fenômenos espaciais (Oliveira, 1998).

No ensino da Geografia Física, o reducionismo manifesta-se quando o relevo é apresentado apenas por meio de classificações morfológicas, o clima como tipos climáticos estanques e a vegetação como enumeração de biomas, sem articulação com processos naturais, usos do solo ou impactos ambientais. Essa abordagem compromete o desenvolvimento do raciocínio geográfico, pois impede que o aluno compreenda a dinâmica do meio físico como sistema integrado (Morais, 2011).

Outro fator que contribui para a permanência do reducionismo é o uso acrítico do livro didático. Estudos demonstram que muitos materiais didáticos ainda apresentam os conteúdos físico-naturais de maneira descontextualizada, sem problematização do cotidiano dos estudantes, reforçando práticas transmissivas e pouco reflexivas (Morais, 2011; Onofri et al., 2023).

A contextualização, nesse sentido, consiste em relacionar os conceitos do meio físico ao espaço vivido, às paisagens locais e às experiências cotidianas dos alunos, conferindo sentido ao conteúdo escolar. Já, a problematização, implica organizar o ensino, a partir de questões e situações-problema, analisando causas, consequências e interações entre processos naturais e ação humana (Freire, 1996; Libâneo, 2013). A ausência desses princípios reforça o ensino reducionista e a aprendizagem mecânica.

2.3 O método holístico no ensino de Geografia e a integração natureza-sociedade

Em contraposição às abordagens reducionistas, o método holístico, no ensino de Geografia, propõe a compreensão integrada dos fenômenos espaciais, considerando a totalidade e a interdependência entre os elementos naturais, sociais, econômicos, culturais e políticos que constituem o espaço geográfico. Essa perspectiva reconhece que o espaço não pode ser explicado, a partir de partes isoladas, mas como resultado

de processos históricos e sociais dinâmicos, nos quais sociedade e natureza se relacionam contínua e contraditoriamente (Santos, 1996; Callai, 2011).

A literatura destaca que o método holístico surge como uma alternativa relevante às práticas tradicionais de ensino, que segmentaram a Geografia em áreas isoladas como a Física, Humana, Econômica e Política, dificultando o acesso a uma compreensão integrada da realidade. Segundo Moraes (2011), tal processo compromete o desenvolvimento do raciocínio geográfico, especialmente no ensino das temáticas físico-naturais, pois privilegia classificações e descrições, deixando de lado a análise das interações espaciais. A abordagem holística propõe compreender o espaço geográfico como um sistema complexo, no qual elementos naturais e sociais se inter-relacionam multifatorialmente.

Do ponto de vista epistemológico, o método holístico dialoga com concepções sistêmicas e socioambientais da Geografia, ao reconhecer que fenômenos como mudanças climáticas, urbanização, desigualdade socioespacial, globalização e sustentabilidade envolvem múltiplas escalas e relações. Ross (2012) destaca que a leitura integrada dos sistemas ambientais e sociais é fundamental para compreender as dinâmicas territoriais e os impactos da ação humana sobre o meio físico, reforçando a necessidade de abordagens que superem análises isoladas dos fenômenos.

No campo pedagógico, estudos indicam que a aplicação do método holístico ocorre, por meio de práticas interdisciplinares, contextualizadas e problematizadoras. Cavalcanti (2012) ressalta que a integração entre conteúdos da Geografia Física e Humana favorece a construção do raciocínio geográfico, ao permitir que os estudantes compreendam o espaço como produto das relações entre sociedade e natureza. Nesse sentido, o ensino holístico contribui para tornar os conteúdos mais significativos, pois articula o conhecimento científico às experiências e ao cotidiano dos alunos.

A literatura evidencia, como primeiro resultado da aplicação do método holístico, a integração efetiva entre os conteúdos físicos e humanos da Geografia. Moraes (2011) e Cavalcanti (2012) apontam que essa integração amplia a compreensão dos estudantes sobre o meio físico, ao relacionar processos naturais, como clima e relevo, às formas de uso e ocupação do território. Portanto, os conteúdos deixam de ser tratados descritivamente e passam a ser analisados de maneira relacional e contextualizada.

Outro resultado amplamente destacado, refere-se à promoção da aprendizagem significativa. Costa e Amaral (2021) observaram que práticas holísticas, ao articularem temáticas físico-naturais e sociais, favorecem maior envolvimento discente e melhor compreensão conceitual, uma vez que os conteúdos passam a dialogar diretamente com a realidade vivida. Onofri *et al* (2023) reforçam que a contextualização e a problematização do espaço contribuem para que o aluno atribua sentido ao conhecimento escolar, superando a memorização mecânica.

A literatura também aponta que o método holístico favorece o desenvolvimento do pensamento geográfico crítico. Callai (2005; 2011) e Santos (1996) destacam que a análise integrada do espaço possibilita ao estudante compreender contradições territoriais, desigualdades socioespaciais e impactos socioambientais de forma histórica e multiescalar. Esse tipo de abordagem amplia a capacidade de interpretação da realidade e fortalece a leitura crítica do mundo.

Outro aspecto significativo, refere-se ao protagonismo dos estudantes e à aprendizagem ativa. Pesquisas apontam que a utilização do método holístico, em conjunto com metodologias ativas, como projetos interdisciplinares, investigação orientada e resolução de problemas, favorece uma participação mais efetiva dos alunos no processo educativo. Santos e Moura (2021) evidenciam que essas abordagens potencializam o desenvolvimento da autonomia, do trabalho colaborativo e da capacidade analítica. Nascimento e Oliveira (2021), ao examinarem uma experiência educ comunicativa de caráter holístico, identificaram maior engajamento discente e aprimoramento na compreensão crítica sobre paisagem e território.

A cartografia escolar também se destaca como elemento central nas práticas holísticas. Juliasz (2021) evidencia que o uso integrado de mapas e representações espaciais, aliado à mediação do professor, favorece o desenvolvimento do pensamento espacial e a compreensão das relações entre fenômenos físicos e sociais. Inserida em uma abordagem holística, a cartografia deixa de ser apenas um recurso técnico e passa a funcionar como instrumento de análise crítica do espaço.

Por fim, a literatura tematicamente converge, ao apontar que a aplicação do método holístico no ensino de Geografia contribui para o fortalecimento da formação cidadã e socioambiental.

Penha e Martins (2024) destacam que, ao compreenderem a interdependência entre fenômenos globais e realidades locais, os estudantes desenvolvem maior consciência crítica sobre problemas socioambientais contemporâneos e capacidade de refletir sobre alternativas sustentáveis. Assim, o ensino de Geografia, orientado pela perspectiva holística, ultrapassa a mera transmissão de conteúdos, assumindo papel formativo na construção de sujeitos críticos, reflexivos e socialmente responsáveis.

2.4 Construtivismo, sociointeracionismo e o ensino do meio físico

As teorias construtivistas e sociointeracionistas constituem importantes referenciais para a renovação das práticas pedagógicas no ensino de Geografia, ao romperem com modelos tradicionais centrados na transmissão passiva do conhecimento. Essas abordagens compreendem o aluno como sujeito ativo no processo de aprendizagem, enfatizando a construção do conhecimento por meio da interação com o meio físico, social e cultural (Piaget, 1976; Vygotsky, 1991).

No campo educacional, tais teorias contribuíram para o desenvolvimento de metodologias que valorizam a experiência do estudante e a mediação do professor como elementos centrais do processo educativo.

No construtivismo, a partir das contribuições de Piaget (1976), o conhecimento é entendido como resultado da ação do sujeito sobre a realidade, sendo constantemente reorganizado, a partir das experiências vividas. Já, o sociointeracionismo, fundamentado nos estudos de Vygotsky (1991), destaca que o desenvolvimento cognitivo ocorre essencialmente por meio das interações sociais, sendo a aprendizagem mediada pela linguagem e pelos instrumentos culturais. Conforme destaca Libâneo (2013), essas concepções reforçam a necessidade de práticas pedagógicas que estimulem a participação ativa dos alunos e a construção coletiva do conhecimento.

No ensino da Geografia Física, tais referenciais teóricos assumem especial relevância, pois orientam a valorização dos conhecimentos prévios dos alunos sobre fenômenos naturais, como clima, relevo, hidrografia e paisagens. Cavalcanti (2012) argumenta que a aprendizagem significativa em Geografia ocorre quando o conteúdo escolar dialoga com a realidade vivida pelos estudantes, permitindo a compreensão progressiva dos conceitos científicos e a superação de explicações baseadas no senso comum. Callai (2005) reforça que o ensino do meio físico deve possibilitar a leitura crítica do espaço geográfico, articulando natureza e sociedade.

Nesse contexto, o papel do professor é compreendido como mediador do conhecimento, responsável por organizar situações didáticas que favoreçam a problematização, a observação e a análise dos fenômenos físico-naturais. De acordo com Kaercher (2014), a mediação do professor é fundamental para transformar informações em conhecimento geográfico, especialmente quando se trata de conteúdos que exigem maior nível de abstração, como processos geomorfológicos e climáticos.

O conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), proposto por Vygotsky (1991), destaca-se como um dos principais aportes teóricos do sociointeracionismo para o campo educacional. A ZDP refere-se à distância entre o nível de desenvolvimento real do aluno, determinado por sua capacidade de resolver problemas de forma autônoma, e o nível de desenvolvimento potencial, alcançado com o auxílio de um mediador mais experiente. No ensino do meio físico, esse conceito orienta a elaboração de atividades didáticas progressivas, que envolvem observação, descrição, explicação e generalização dos fenômenos naturais (Libâneo, 2013).

Pesquisas recentes apontam que práticas pedagógicas fundamentadas na mediação e na ZDP contribuem significativamente para a compreensão de representações cartográficas e de processos físico-naturais complexos. Juliasz (2021) destaca que o uso de estratégias mediadoras favorece o desenvolvimento do raciocínio espacial e da leitura crítica de mapas e imagens. Martins Junior (2024) ressalta que a mediação do professor é essencial para a compreensão de conteúdos relacionados à dinâmica ambiental, promovendo maior articulação entre teoria e prática no ensino de Geografia Física. O que se observa aqui, é que o trabalho pedagógico orientado pela Zona de Desenvolvimento Proximal estabelece uma relação direta com a compreensão do caráter social do desenvolvimento humano, considerando as mediações histórico-culturais que permeiam o processo educativo.

Convém destacar que, segundo Vygotsky (1991), é por meio da interação social que o aluno transforma potencialidades em capacidades efetivas, internalizando gradativamente os conhecimentos construídos coletivamente. Uma vez consolidadas, essas funções passam a integrar o repertório cognitivo do estudante, possibilitando maior autonomia intelectual.

A linguagem ocupa papel central no processo, compreendida como instrumento fundamental para o desenvolvimento do pensamento, da abstração e da consciência

crítica. Para Vygotsky (1991), é por meio da linguagem que o sujeito organiza o pensamento e atribui significado às experiências vividas. No ensino de Geografia, essa perspectiva contribui para a construção de conceitos geográficos mais elaborados, favorecendo a interpretação crítica do espaço e das relações entre sociedade e natureza (Cavalcanti, 2012; Callai, 2005).

Por fim, a literatura destaca que orientar o ensino de Geografia a partir de uma perspectiva significativa implica valorizar a geografia do cotidiano dos alunos, seus espaços vividos e suas práticas sociais. Ensinar Geografia, nessa abordagem, ultrapassa a simples transmissão de conteúdos e envolve a articulação entre conhecimento científico e realidade local, promovendo a compreensão do espaço geográfico como uma construção histórica, social e cultural (Callai, 2005; Kaercher, 2014). Dessa forma, o ensino do meio físico torna-se mais contextualizado, crítico e formativo.

2.5 Contextualização e problematização do meio físico no Triângulo Mineiro e em Frutal (MG)

A contextualização do ensino da Geografia Física, a partir do espaço regional, constitui estratégia fundamental para a aprendizagem significativa. O Triângulo Mineiro apresenta características físico-naturais que favorecem o trabalho didático, como relevo suavemente ondulado, clima tropical com estação seca bem definida e intensa atividade agropecuária, elementos que permitem discutir uso do solo, erosão, recursos hídricos e impactos ambientais.

No município de Frutal (MG), cuja economia é fortemente estruturada pelo setor agrícola, com destaque para a produção de cana-de-açúcar, abacaxi, laranja e para a pecuária, a estrutura socioeconômica ligada à agroindústria da região, relacionada com as características físico-naturais do Triângulo Mineiro, ganha expressão concreta na organização do território e na dinâmica da paisagem. Inserida em uma região marcada pela expansão agrícola e pelo uso intensivo do solo, a cidade, que possui entre 58 e 61 mil habitantes, segundo o Censo 2022 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), oferece um conjunto de situações reais que favorecem a contextualização do ensino de Geografia Física.

A alternância entre períodos de estiagem prolongada e chuvas intensas afeta diretamente o abastecimento hídrico, a produtividade agrícola e a conservação dos solos, permitindo relacionar conteúdos de climatologia, hidrologia e geomorfologia ao

cotidiano dos estudantes. Além disso, a presença de extensas áreas de cultivo e pastagens, torna visíveis processos como erosão, compactação, assoreamento de cursos d'água e alterações na cobertura vegetal, articulando a realidade frutalense às escalas regional e nacional (Ross, 2012; Morais, 2011).

Assim, Frutal configura-se como um espaço privilegiado, para transformar fenômenos do meio físico em objetos de investigação escolar, fortalecendo a aprendizagem significativa e a leitura crítica do espaço geográfico. A abordagem de problemas do ambiente físico local permite discutir questões socioambientais, como a degradação do solo, o assoreamento de rios e mudanças na vegetação.

Quando conceitos científicos são conectados às experiências dos alunos, o ensino de Geografia Física deixa de ser apenas teórico e classificatório, favorecendo uma análise crítica do espaço, contribuindo para a formação cidadã (Freire, 1996; Penha; Martins, 2024).

3 PERCURSO METODOLÓGICO

A presente análise, caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica, cujo objetivo é analisar criticamente a didática da ciência geográfica, com ênfase no ensino da Geografia Física. A abordagem qualitativa mostra-se adequada, uma vez que se busca compreender concepções teóricas, metodológicas e pedagógicas relacionadas ao ensino, sem recorrer à quantificação de dados ou à experimentação empírica (Lakatos; Marconi, 2021; Louzada; Filho, 2017).

Do ponto de vista metodológico, adota-se o método indutivo, partindo da análise de contribuições teóricas específicas sobre didática, ensino de Geografia, metodologias de ensino e Geografia Física, para a construção de reflexões amplas acerca do processo de ensino-aprendizagem e de suas implicações no contexto escolar. Esse procedimento permite interpretar diferentes abordagens pedagógicas, identificar padrões recorrentes e discutir limites e potencialidades das práticas docentes analisadas, conforme indicado na literatura educacional e geográfica (Gil, 2022; Louzada; Filho, 2017).

Os materiais utilizados consistem em livros, *papers*, teses, dissertações e documentos oficiais, selecionados pela relevância para o campo da Didática da Geografia, da Educação Geográfica e do ensino da Geografia Física. Destacam-se autores que discutem a mediação pedagógica, a construção do conhecimento, o raciocínio geográfico

e metodologias de ensino, como Libâneo (2013), Cavalcanti (2012), Callai (2005; 2011), Vygotsky (1991), Moraes (2011) e mais pesquisadores contemporâneos da área.

A coleta do material bibliográfico foi realizada, por meio de buscas sistemáticas em bases acadêmicas reconhecidas, como SciELO, Google Acadêmico e periódicos especializados nas áreas de Educação e Geografia. Foram priorizadas publicações que abordam diretamente o ensino de Geografia, a Geografia Física escolar, metodologias de ensino, contextualização, problematização e mediação do professor, garantindo coerência com os objetivos propostos e com a hipótese que orienta a análise.

A análise dos dados teóricos ocorreu, a partir de leitura crítica, seleção e categorização temática das obras consultadas. As principais categorias analíticas que orientaram a interpretação dos textos foram: (i) método reducionista no ensino de Geografia; (ii) método holístico e abordagens integradoras; (iii) contribuições do construtivismo e do sociointeracionismo; e (iv) contextualização e problematização do cotidiano no ensino da Geografia Física. Essas categorias foram definidas com base na revisão bibliográfica e estruturam tanto a Fundamentação Teórica quanto os Resultados e Discussão, assegurando unidade teórica e metodológica ao capítulo.

Por fim, a organização e interpretação dos resultados buscou articular teoria e prática pedagógica, discutindo como diferentes concepções metodológicas influenciam o ensino da Geografia Física e a construção do raciocínio geográfico dos estudantes. Dessa forma, a metodologia adotada permitiu atender aos objetivos propostos e oferecer subsídios teóricos para a reflexão crítica sobre a didática da ciência geográfica no contexto escolar contemporâneo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste estudo, de natureza qualitativa e fundamentado em pesquisa bibliográfica, os 'resultados' consistem na sistematização crítica das contribuições teóricas sobre didática da Geografia e ensino do meio físico, bem como na interpretação das implicações pedagógicas dos métodos de ensino analisados.

Assim, este tópico organiza a discussão em eixos articulados: (i) limites do ensino fragmentado (reducionismo) para a compreensão do espaço geográfico; (ii) potencialidades da abordagem integrada (holística) para a leitura sistêmica do meio físico; (iii) contribuições do construtivismo e do sociointeracionismo para a mediação docente;

e (iv) superação da dicotomia entre cotidiano e conhecimento científico no ensino de Geografia.

4.1 A Geografia e a compreensão do espaço

A Geografia escolar, ao articular dimensões naturais e sociais, ocupa papel estratégico na formação do raciocínio espacial e na leitura crítica do mundo. Ensinar Geografia implica compreender o espaço não como cenário estático, mas como construção histórica e dinâmica, marcada por relações de poder, cultura, economia e transformações ambientais.

Essa compreensão desloca o ensino da memorização de informações para a interpretação de processos, relações e escalas. Conforme já discutido, Milton Santos define o espaço como "um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações" (Santos, 1996), concepção que reforça a necessidade de abordagens integradoras no ensino geográfico.

Os debates teóricos presentes no pensamento geográfico incluem discussões entre abordagens deterministas e possibilistas, que ajudam a analisar como diferentes ideias influenciam a estrutura curricular e a escolha dos conteúdos. No contexto escolar, essas divergências aparecem em desafios práticos, entre os quais se destacam a limitada participação dos alunos e as dificuldades enfrentadas no entendimento de conteúdos abstratos, especialmente aqueles relacionados ao ambiente físico. Também se destaca o uso predominante de métodos tradicionais que focam na transmissão de informações.

Na Geografia, o Determinismo (também chamado de determinismo ambiental) é uma corrente teórica tradicional, que afirma que o meio natural – clima, relevo, vegetação, entre outros – é o principal fator que condiciona ou até determina o comportamento, a cultura e o desenvolvimento das sociedades humanas, fazendo com que o ambiente físico molde diretamente as características humanas e sociais.

Essa visão foi dominante, no século XIX e início do XX, com representantes como Friedrich Ratzel e Ellen Semple, embora hoje seja criticada, por ser reducionista e por exagerar o papel do ambiente em detrimento da ação humana e de fatores culturais e históricos (De Souza *et al*, 2016).

Em oposição, o Possibilismo surgiu como reação ao Determinismo, e defende que o meio ambiente oferece um conjunto de possibilidades ou limitações, mas são as escolhas humanas – baseadas em cultura, tecnologia, economia e conhecimento – que

determinam como essas possibilidades serão utilizadas e como as sociedades se organizam. Ou seja, na perspectiva possibilista, o ser humano é um agente ativo, que adapta, modifica e seleciona opções do ambiente, em vez de ser simplesmente moldado por ele (De Souza *et al*, 2016).

A discussão destaca, que é fundamental ensinar Geografia, por meio da contextualização, problematização e interdisciplinaridade, para criar uma aprendizagem realmente significativa. Isso ganha ainda mais importância na área de Geografia Física, pois os conceitos e processos como clima, dinâmica do relevo, bacias hidrográficas, solos e vegetação exigem estratégias didáticas que aproximem as explicações científicas do cotidiano dos alunos, evitando separar 'natureza' e 'sociedade' como se fossem distintas.

4.2 O método reducionista e seus efeitos no ensino do meio físico

À luz da revisão bibliográfica, o método reducionista se expressa como ensino fragmentado, classificatório e centrado na reprodução de conteúdos, com baixa articulação entre fenômenos e pouca relação com problemas reais. No ensino do meio físico, isso aparece, quando a climatologia é reduzida a 'tipos climáticos', sem vínculo com eventos extremos e impactos socioambientais; quando o relevo é tratado apenas como lista de formas (planaltos, planícies etc.), sem explicação de processos geomorfológicos; e, quando hidrografia e a vegetação são trabalhadas de modo descritivo, sem relação com uso do solo, degradação ambiental e práticas territoriais.

Os resultados da análise teórica indicam que essa lógica de ensino tende a produzir dois efeitos pedagógicos recorrentes. O primeiro é cognitivo: o aluno memoriza termos, mas não desenvolve capacidade de explicação e interpretação do espaço. O segundo é motivacional: a percepção de que o conteúdo é 'distante' e 'difícil', aumentando o desinteresse, fragilizando a participação em aula, sobretudo no ensino médio, em que conteúdos físico-naturais demandam abstração e integração conceitual.

Um fator crucial para a persistência do reducionismo no ensino, é o uso não reflexivo de materiais didáticos. Quando os livros didáticos apresentam conteúdo das ciências físico-naturais em condição descontextualizada, o ensino tende a reproduzir classificações desconectadas da realidade local. Como já apontado por Morais (2011, p. 53), em muitos materiais didáticos "o ensino das temáticas físico-naturais não emerge de problemas situados no cotidiano dos alunos", o que reforça práticas descontextualizadas.

A contextualização consiste em associar conceitos ao território dos estudantes, como a paisagem, o clima, a dinâmica fluvial e o uso do solo, transformando o conteúdo numa ferramenta útil para compreender o espaço. Já, a problematização, implica organizar o ensino, a partir de questões e situações-problema, como: ‘Por que ocorre erosão em determinados locais?’, ‘De que maneira a estiagem impacta o abastecimento de água?’ ou ‘Como o uso do solo interfere na qualidade da água?’, o que estimula a explicação, argumentação e análise crítica.

O reducionismo não se configura apenas como uma abordagem metodológica ultrapassada; ele afeta diretamente a essência formativa da Geografia, especialmente no que diz respeito à compreensão integrada das interações entre sociedade e natureza. Para superar essa limitação, é necessário deslocar o foco do ‘conteúdo como fim’ para o ‘conteúdo como meio’, de modo a proporcionar uma interpretação crítica e intervenção adequada na realidade.

4.3 O método holístico como alternativa integradora no ensino da Geografia Física

De modo distinto, a abordagem holística destaca a totalidade e a interdependência dos elementos espaciais, reconhecendo que os fenômenos naturais e sociais constituem sistemas de elevada complexidade. No contexto do ensino do meio físico, o holismo prioriza a compreensão sistêmica ao integrar clima, relevo, solo, vegetação e hidrografia, bem como ao relacionar esses componentes aos usos do território, riscos socioambientais e às políticas públicas.

A síntese bibliográfica indica que a abordagem holística amplia a aprendizagem, quando mobiliza práticas integradoras, como análise de paisagens, estudo do meio, leitura de mapas e imagens, projetos interdisciplinares e uso pedagógico de tecnologias digitais. Esses recursos permitem trabalhar o meio físico como processo: por exemplo, compreender como a cobertura vegetal influencia a infiltração e o escoamento superficial; como o uso agrícola altera o solo e intensifica erosão; ou como padrões climáticos afetam o regime hidrológico e as atividades econômicas.

No contexto regional do Triângulo Mineiro e de Frutal, a adoção dessa abordagem revela-se altamente produtiva ao possibilitar a articulação entre conteúdos físicos e realidades locais, como a sazonalidade climática, o uso intensivo do solo, a disponibilidade hídrica, as mudanças na paisagem rural e os desafios ambientais. A

identificação, por parte dos alunos, de elementos do território no conteúdo escolar contribui para atribuir maior significado e relevância social à aprendizagem, promovendo o desenvolvimento de uma leitura crítica do espaço e fortalecendo a formação cidadã.

4.4 Construtivismo e sociointeracionismo: mediação docente e aprendizagem no meio físico

As ideias do construtivismo, especialmente do sociointeracionismo, destacam que aprender Geografia vai além de absorver conhecimentos; trata-se de atribuir sentido por meio da interação, da linguagem e das mediações sociais. No ensino sobre o meio físico, essa abordagem é essencial, pois diversos conceitos requerem uma transição do entendimento comum para uma visão científica, como diferenciar 'tempo' de 'clima', compreender bacias hidrográficas como sistemas ou perceber os processos geomorfológicos que não se manifestam no dia a dia, mas no tempo geológico.

A Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) serve como um guia pedagógico, para que o professor proponha atividades progressivas, oferecendo apoio ao aluno e facilitando seu desenvolvimento gradual. O conceito prevê o planejamento de sequências que comecem pela observação do ambiente cotidiano (a paisagem local), passem por representações como mapas, perfis e informações climáticas, até chegarem a explicações e generalizações sobre as relações entre diferentes escalas e processos. Como afirmado por Vygotsky, "o aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental" (Vygotsky, 1991, s. p.).

Nesse processo, o papel do professor é mediar, organizando o caminho de aprendizagem e estimulando interações significativas entre estudantes e o conhecimento científico. No contexto do ensino de Geografia Física, este método incentiva o emprego de estratégias, tais como a investigação orientada, a resolução de problemas, a análise de dados e, sempre que possível, as atividades de campo, todas alinhadas ao propósito de desenvolver o raciocínio geográfico.

Convém frisar, que o foco principal não está na simples memorização de conceitos, mas no aprimoramento da capacidade de interpretar fenômenos naturais em sua relação com a sociedade, a economia e o território.

4.5 A relação entre o cotidiano e o conhecimento científico e como superá-la no ensino de Geografia

A distinção entre conhecimento cotidiano e conhecimento escolar configura-se como um dos principais desafios no ensino de Geografia. A apresentação de conteúdos distantes da realidade cotidiana tende a torná-los abstratos e menos relevantes, enquanto que a limitação do ensino ao contexto cotidiano, sem aprofundamento conceitual, restringe a compreensão de processos complexos e multiescalares. A superação dessa dicotomia requer que o cotidiano seja considerado um ponto de partida para a aprendizagem, e não seu limite.

A problematização, nesse sentido, é decisiva: ela transforma a experiência cotidiana em pergunta científica e em investigação geográfica. No meio físico, isso se traduz em aproximar o aluno de problemas reais: qualidade da água, erosão do solo, dinâmica das chuvas, mudanças na cobertura vegetal, riscos ambientais e relações com uso do território. Nisso, o ensino articula experiência e teoria, permitindo que conceitos como paisagem, lugar, território e escala sejam construídos de forma significativa.

Assim, constata-se que uma didática geográfica sólida se fundamenta em: (i) contextualização e problematização do meio físico; (ii) integração entre natureza e sociedade, superando abordagens fragmentadas; (iii) mediação docente planejada, considerando a Zona de Desenvolvimento Proximal e incentivando a aprendizagem ativa; e, (iv) utilização de estratégias e recursos que favoreçam uma leitura crítica do espaço geográfico. Tais elementos compõem um arcabouço teórico-analítico alinhado ao propósito do ensino de Geografia, que é a formação de sujeitos aptos a interpretar e intervir criticamente e de maneira responsável no espaço.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões desenvolvidas ao longo deste capítulo evidenciam que a didática da ciência geográfica exerce papel decisivo na configuração e em como os conteúdos são apropriados no contexto escolar, especialmente no ensino da Geografia Física. As discussões realizadas demonstram que práticas pedagógicas centradas na fragmentação e na memorização tendem a limitar a compreensão integrada do espaço geográfico, dificultando a atribuição de sentido aos fenômenos físico-naturais e seu vínculo com a realidade vivida pelos estudantes.

Em contraposição, abordagens holísticas, contextualizadas e problematizadoras mostram-se mais coerentes com os pressupostos da Geografia escolar contemporânea, ao integrarem natureza e sociedade e favorecerem a leitura sistêmica do espaço. A mediação docente, fundamentada em perspectivas construtivistas e sociointeracionistas, destaca-se como elemento central para a construção progressiva dos conceitos geográficos e para a superação do ensino descritivo, sobretudo no tratamento de processos naturais complexos.

Dessa maneira, conclui-se que a superação da fragmentação entre Geografia Física e Geografia Humana, aliada à adoção de práticas pedagógicas integradoras, constitui caminho fundamental para o fortalecimento do ensino de Geografia. Embora de natureza teórica, este capítulo contribui para o debate sobre a didática da ciência geográfica e oferece subsídios relevantes à prática docente, ao reafirmar a necessidade de um ensino crítico, contextualizado e socialmente comprometido.

REFERÊNCIAS

- CALLAI, Helena Copetti. **A geografia escolar e os conteúdos da geografia**. Anekumene, n. 1, p. 128-139, 2011.
- CALLAI, Helena Copetti. Aprendendo a ler o mundo: a Geografia nos anos iniciais do ensino fundamental. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 25, n. 66, p. 227-247, maio 2005.
- CALLAI, Helena Copetti. **O ensino de Geografia: práticas e textualizações no cotidiano**. Porto Alegre: Mediação, 2005.
- CARNEIRO, Rosalvo Nobre; ARAÚJO, Raimundo Lenilde de (org.). **Didática da Geografia: seus elementos e suas linguagens** [recurso eletrônico]. Mossoró, RN: Edições UERN, 2024.
- CAVALCANTE, Lana de Souza. Cotidiano, mediação e a pedagogia de Vygotsky no ensino de Geografia. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 25, n. 66, p. 185-207, maio/ago. 2005.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. 4. ed. Campinas: Papirus, 2012.
- DE SOUZA, Cristiano Nunes et al. Determinismo e possibilismo: uma análise epistemológica e crítica. **Maiêutica – Geografia**, v. 4, n. 1, 2016.
- FERRETTI, Celso João. A reforma do ensino médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 32, p. 25-42, 2018.
- FERREIRA DA SILVA JUSTINHO, Glauciene et al. As temáticas físico-naturais na Geografia escolar: prática docente e posição de recursos para o ensino. **Revista de Geografia (PPGEO/UFJF)**, Juiz de Fora, v. 12, n. 1, p. 48-60, 2022.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.
- JOÃO, Agnelo Leite Paulo; NOGUEIRA, Leonardo Sá de; ROCHA FILHO, Gilson Brandão da. A importância do ensino da Geografia em sala de aula. **Anais do VII Congresso Internacional das Licenciaturas**, 2020.
- JULIASZ, Paula Cristiane Strina. A aprendizagem na cartografia escolar: Vigotski e Piaget. **Geographia Meridionalis**, Pelotas, v. 6, n. 1, p. 85-98, 2021.
- JULIASZ, Paula Cristiane Strina. Ensino de Geografia Física e mediação pedagógica. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, v. 11, n. 22, 2021.
- KAERCHER, Nestor André. **Ensinar Geografia: desafios e possibilidades**. Porto Alegre: Mediação, 2014.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2021.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2013.
- LOUZADA, Camila de Oliveira; FILHO, Armando Brito da Frota. Metodologias para o ensino de geografia física. **Geosaberes**, Fortaleza, v. 8, n. 14, p. 75-84, jan./abr. 2017.
- LUZ NETO, Daniel Rodrigues Silva. Didática da Geografia: elementos teórico-metodológicos para a educação básica. **Revista Signos Geográficos**, 7, 1-24, 2025.

MARTINS JUNIOR, José. Mediação docente e aprendizagem de processos físico-naturais no ensino de Geografia. **Revista de Ensino de Geografia**, v. 15, n. 1, 2024.

MARTINS JUNIOR, Luiz. **Geografia escolar**: formação de conceitos na perspectiva vygotskyana. Para Onde!?, Porto Alegre, v. 18, n. 1, 2024.

MELINA, Mara de Souza; ALENCAR, Larissa Loren Bueno de. Geografia física no contexto escolar: a realidade em três escolas públicas do município de Poços de Caldas, Sul de Minas Gerais. In: 14º **ENPEG**, UNICAMP, 2019.

MELLO, Márcia Cristina de Oliveira. Uma aproximação à didática do ensino de Geografia. Caderno de Formação: **Formação de Professores** – Didática dos Conteúdos, v. 9, p. 21-32. São Paulo: UNESP, Cultura Acadêmica, 2012.

MORAIS, Eliana Maria Barbosa. **O ensino das temáticas físico-naturais na geografia escolar**. 2011. 309 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

MOREIRA, Eliana Marques. Educar no século XXI: modelos pedagógicos que preparam para a incerteza. **Avaliação**: Políticas Públicas em Educação, v. 30, n. 1, p. 1-18, jan./mar. 2025.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Educação e ensino de geografia na realidade brasileira**. In: Para onde vai o ensino da Geografia. São Paulo: Contexto, 1998. p. 135-144.

ONOFRI, Kelly Cristina et al. Abordagens no ensino de Geografia: uma revisão de literatura na perspectiva da matriz epistemológica. **Cenas Educacionais**, v. 6, 2023.

PENHA, Francimar Lourenço dos Santos; MARTINS, Maria Carla Barreto Santos. O ensino de Geografia Física e a relevância do lúdico na prática educativa docente. **Anais do Congresso Brasileiro de Geógrafos**, 2024.

PIAGET, Jean. **A equilibrção das estruturas cognitivas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. **Geomorfologia**: ambiente e planejamento. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

ROTH, M. The skills needed to cope with changes. In: **NEPC Summer School**, 9., 2016, Shkempi Kavajes. Managing change and uncertainty: education for the future. 2016.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, Rosemeri Martins; RLAHIGE, Elisângela. O ensino de Geografia física na escola: uma proposta extensionista aplicada no curso de Licenciatura em Geografia. **RLAHIGE**, Ilhéus, v. 1, n. 1, p. 42-50, out. 2021.

SILVA, Silvante Pinheiro Maria Oliveira. **O ensino de geografia física em escolas públicas na cidade de Tefé**. Manaus: UFAM, PPGeo, 2022.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Perspectivas para reflexão em torno do projeto político-pedagógico. In: VEIGA, I. P. A.; RESENDE, L. M. G. de (org.). **Escola**: espaço do projeto político-pedagógico. 12. ed. Campinas: Papirus, 2007. p. 9-32.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

UM OLHAR DINÂMICO PARA A INCLUSÃO SOCIAL: A INSERÇÃO DA PESSOA PCD NO MERCADO DE TRABALHO

English title: A dynamic look at social inclusion: the insertion of the pcd person in the work market

 DOI NUMBER: 10.33726/akdbooks2447-7656v2y12in2026p31a44

SILVA, Fabiana Vieira da⁶

PESSOA, Marcelo⁷ –  <https://orcid.org/0000-0002-9193-4604>

RESUMO: A inclusão social, em evidência no meio empresarial, traz como consequência imediata, tantas certezas quanto sejam as dúvidas em torno da temática. Este artigo tem como objetivo, iluminar parte do cerne desta questão, destacando o contexto das pessoas com deficiência (os PCDs), e suas particularidades referentes às Leis, às lutas e aos debates sociais que têm sido travados para a efetivação de sua inclusão no mundo capitalista. Justifica a realização dessa pesquisa, a necessidade de se esclarecer possíveis interrogações ainda não respondidas sobre o assunto, sobretudo as que envolvem eventuais problemáticas quanto às relações acerca das pessoas com deficiência e seus empregadores. A metodologia empregada neste estudo, é a de revisão bibliográfica, principalmente, de artigos científicos, dispostos tanto em acervos físicos quanto digitais. Os resultados alcançados, são os de que os escritos aqui reunidos podem ajudar na formação de uma convicção, de que a inclusão dos PCDs no mercado de trabalho esteja gradualmente sendo conquistada, especialmente com vistas aos acordos patronais multilateralmente celebrados, bem como, com os debates, Decretos e Leis, substratos os quais, em conjunto, proporcionam os melhores entendimentos para subsidiar aqueles, cujo papel social dominante é o de empregar os PCDs. O principal aporte bibliográfico desta pesquisa, incide na obra *A quarta revolução industrial e a reforma trabalhista* (CALVETE & HORN 2020).

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão, Leis, Lutas, PCDs, Mercado de Trabalho

ABSTRACT: Social inclusion, in evidence in the business environment, brings as an immediate consequence, as many certainties as there are doubts around the theme. This article aims to shed light on part of the core of this issue, highlighting the context of people with disabilities (PCDs), and their particularities regarding the Laws, struggles and social debates that have been fought for the effectiveness of their inclusion in the world capitalist. This research is justified by the need to clarify possible questions that have not yet been answered on the subject, especially those involving possible problems regarding the relationships between people with disabilities and their employers. The methodology used in this study is that of a bibliographical review, mainly of scientific articles, arranged both in physical and digital collections. The results achieved are that the writings gathered here can help in forming a conviction that the inclusion of PCDs in the labor market is gradually being conquered, especially with a view to multilaterally celebrated employer agreements, as well as, with the debates, Decrees and Laws, substrates which, together, provide the best understandings to subsidize those whose dominant social role is to employ PCDs. The main bibliographic contribution of this research focuses on the work *The fourth industrial revolution and labor reform* (CALVETE & HORN 2020).

KEYWORDS: Inclusion, Laws, Struggles, PCDs, Labor Market

⁶ Graduanda do Bacharelado em Administração, na Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG – Unidade Frutal, junho, 2023: fabianavdasilva@outlook.com

⁷ Doutorando em Linguística, pela UFSCAR. Doutor em Letras, Docente, na Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Frutal. Pesquisa doutoral desenvolvida com o apoio da FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais.

INTRODUÇÃO

Quando se fala em inclusão social no mercado de trabalho, percebe-se haver um cenário ambíguo flutuando acima da compreensão real e a idealizada que se quer adotar sobre o problema. O dilema se consolida, na medida em que nele (o problema) se combinam a proliferação de iniciativas inclusivas, tanto na esfera pública quanto na esfera privada, quanto se nota ainda existir um contexto de resistência ao tema por parte de empresas particulares e estatais, em todos os segmentos da cadeia produtiva.

As dinâmicas de inclusão, diante da disseminação dos conteúdos que a ela são associáveis, conseqüentemente, se tornam um fenômeno que alcança a mentalidade das equipes que compõem o rol de todos os colaboradores de uma entidade empresária, respingando, invariavelmente, sobre os usuários dos produtos e serviços entregues pelas corporações.

Com o planejamento estratégico estabelecido para que esta ou aquela empresa cresça diante aos concorrentes, surgem as políticas voltadas para a inclusão. Com elas, se espera que a corporação atinja seus objetivos e melhor dialogue com o seus públicos-alvo, fortalecendo seu posicionamento mercadológico diante a sociedade.

Neste sentido, as premissas de ‘missão, visão e valores’ são postulados definidos a partir do englobamento do papel de mercado que a empresa desempenha, quanto aliado aos diversos papéis sociais que a este primeiro podem ser incorporados, tais como o da inclusão das diversidades, o respeito ao meio ambiente, e melhoramentos de engenharia de produção e de logística reversa.

E é neste contexto de articulações, enfim, que os agentes e colaboradores internos e externos poderiam se perguntar, quando precisam dos produtos e serviços ofertados por determinado ente empresarial: o que foi mesmo acordado por esta empresa quanto à inclusão?

Por sua vez, para se compreender parte da trajetória de qualquer empreendimento comercial, é preciso que tenhamos em mente, que a evolução da sociedade reserva episódios alternados de repressão e de liberdade, de avanços e retrocessos, os quais, indubitavelmente, se reafirmam na contemporaneidade, sob o ponto de vista de nossa pesquisa, por meio da ótica do binômio inclusão *versus* exclusão.

Um dos marcos fundamentias das dinâmicas de combate à exclusão, reside,

talvez repouse, primeiro, na publicação da *Cartilha do Politicamente Correto*, de Antônio Carlos Queiroz (2004), que depois foi fortalecida pelo chamado PNDH3 (DECRETO Nº 7.037. Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH, de 2009).

Foi principalmente, mas não apenas, por intermédio da veiculação pública destes documentos, que o ideário de inclusão social foi iluminado e passou a fazer parte do rol de preocupações sociais, políticas e empresariais. E, igualmente, do mesmo modo que um ditado latino preconiza, *o tempora, o mores* (os costumes mudam com o tempo), estes Decretos e Debates têm sido, desde então, revisitados, repaginados e ajustados conforme as necessidades dos novos tempos.

Assim, portanto, é que, no intuito de enriquecer as discussões, que podemos livremente tomar um viés do pensamento psicossocial de Freud, como parte do composto teórico que sustenta nossas observações quanto ao estágio evolutivo do mercado de trabalho e de suas regulações, reflexos inevitáveis que são do ambiente sociocultural de onde derivam:

Segundo Freud, a civilização começa com a inibição metódica dos instintos primários. Podem-se distinguir dois modos principais de organização instintiva: a) a inibição da sexualidade, resultando em duradouras e crescentes relações grupais; e b) a inibição dos instintos destrutivos, conduzindo ao domínio do homem e da natureza, à moralidade individual e social (Marcuse, 1981, p. 105).

E, é partindo deste horizonte, de liberdades e repressões sucessivas também, que o empresário estabelece sua atividade, diante de uma estrutura política, tributária e social, estipuladas por diretrizes que devem ser seguidas compulsoriamente, isto é, quer ele queira ou não.

Com a participação social cada vez mais ampliada de suas atividades econômicas, conforme previstas em Leis, o empreendedor naturalmente se enxerga ao mesmo tempo imerso e executor primário de condutas social e culturalmente previamente determinadas, as quais, direta ou indiretamente, se fundem aos objetivos de sua organização empresária.

Assim foi, impositivamente, por exemplo, que se implementou o modelo sugerido de inserção das ideias de inclusão das diversidades, ou mesmo das adaptações de acessibilidade que passaram a ser exigidas pelos órgãos públicos quanto às estruturas físicas das sedes das empresas. Além disso, se nota que:

Adicionalmente, a capacidade de adaptação da mão de obra a diferentes tipos de trabalhos é bastante limitada. Isto porque cada indivíduo dispõe de um conjunto de habilidades físicas e mentais que conferem uma maior facilidade para determinadas atividades do que para outras. Além disto, a mudança de tarefas requer aprendizado para executá-las, o que demanda tempo e recursos (Costa, 2014, p. 32).

Em vista destas ‘novidades’, o mercado de trabalho, atualmente, veio se abrindo para a pluralidade estimada pelo PNDH3 (2009), quer fosse ela etária, racial, cultural, quer se desse face à acessibilidade, à orientação sexual, à identidade de gênero ou religiosa. E é isto, em suma, quer dizer, a necessidade de se delimitar a abrangência das discussões, que nos levou a priorizar nesse Artigo, a relação da pessoa PCD com a integração social e mercadológica ativas em nossa sociedade.

E é assim que, por ‘PCD’ ou ‘PcD’ (Pessoa com Deficiência), portanto, entende-se neste trabalho, o indivíduo que seja portador de algum tipo de deficiência física, visual, auditiva, intelectual, psicossocial, quer seja ela uma deficiência isolada ou múltipla, isto é, modalidade esta última, em que se associem duas ou mais das deficiências indicadas (adaptado de: Câmara Paulista para inclusão da pessoa com deficiência:

<https://www.camarainclusao.com.br/perguntas-frequentes/quais-sao-os-tipos-de-deficiencia/#:~:text=As%20defici%C3%Aancias%20s%C3%A3o%20divididas%20em,de%20duas%20ou%20mais%20defici%C3%Aancias>).

Para apresentarmos nossa abordagem sobre o tema, este *paper* se divide, didaticamente, numa parte introdutória. Esta, por sua vez, será seguida, de uma discussão entre postulados teóricos, Leis e debates socioculturais coletados. Ao final, as Conclusões, que unida às etapas anteriores, dão aos interessados um horizonte o quanto mais amplo possível, com o intuito de contribuir para o robustecimento de um acervo técnico sobre o assunto.

DISCUSSÕES, LEIS E DEBATES SOBRE A INCLUSÃO DO PCD NO BRASIL

A entidades de capacitação profissional, em parte, têm um compromisso importante nessa dinâmica de inserção de mão de obra no mercado de trabalho. No presente caso, o de preparar as PCDs, para as carreiras mais adequadas para o seu desenvolvimento pessoal, humano e profissional.

Do outro lado do ‘balcão de empregos’ ou das ‘vitrines sociais’, há empresas que recrutam os deficientes, por entenderem a importância da inclusão, não só por ser obrigatória, mas, sim, por respeito ao próximo e o entendimento igualitário do ser humano em seu espaço no mundo.

No canal CNN BRASIL (2022), disponível no YOUTUBE, em uma entrevista, vimos uma mãe falando sobre seu posicionamento com relação à filha com deficiência. Ela menciona que os locais que visitaram afirmaram que eles não estavam preparados para receber sua filha. E, e em relação a isso, sabemos que tal evento realmente acontece, mas a mãe, ao declarar que “ninguém deve se preparar para receber uma pessoa com deficiência”, revela tamanho do equívoco, pois sim, qualquer lugar deve, por obrigação, estar preparado para receber uma pessoa que necessita de uma atenção especial:

A sustentabilidade no meio ambiente laboral vai além de cumprir os direitos garantidos pela legislação. É necessário investir no desenvolvimento pessoal e profissional, assim como oferecer sucessivas melhorias nas condições de trabalho. Entre as medidas que podem ser empreendidas, destacam-se: contratação de portadores de deficiências e readaptação de empregados portadores de patologias; treinamentos e reciclagem de trabalhadores; benefícios e incentivos salariais; moradia e acesso ao trabalho; saúde e lazer do trabalhador, participação na vida da empresa, entre outros (Cirino, 2014, p. 102).

De acordo com Duarte, Corrêa & Bueno (2018), “É plausível pensar-se em treinamentos e incentivos, para que as PCDs possam apresentar maior conhecimento técnico em suas funções, sendo possível a construção de uma carreira sólida e concisa” (Duarte, Corrêa & Bueno, 2018, p. 09).

Apesar disso, a discriminação existe e não há como negar. Sabemos que, ao longo do tempo, as pessoas com deficiência física, mental, intelectual, sensorial quase sempre foram vistas como diferentes, seres incapazes etc., e, na contramão disso, é que o PNDH3 e os demais dispositivos legais institucionalizados na sociedade se rivalizaram, estabelecendo o contraponto necessário para a desconstrução de aparatos culturais discriminatórios, ao mesmo tempo em que contribuindo para a instituição de novos paradigmas.

A cultura, nesse ponto de vista, carregou em si ao longo do tempo, uma adoção

comportamental contrária. Por isso também que, hoje em dia, há uma visibilidade especial para a propositura de mudanças conceituais, de políticas de inclusão, e da construção de cenários de respeito mútuos. Projetos inclusivos, com objetivo de adaptar as empresas, são propícios para o reconhecimento dos direitos dos cidadãos PCDs. Alves (2021), declara que:

[...] a cultura não é algo inato do homem, mas sim, aprendido pelos indivíduos de cada sociedade. Dessa forma, vislumbrando a realidade brasileira a partir do mesmo, pode-se chegar à origem da discriminação contra pessoas com deficiência, pois analisando a história brasileira ao longo dos séculos, verifica-se uma propensão à exclusão, segregação e rejeição destes brasileiros, a qual vem sendo assimilada e repassada pelas gerações até os dias atuais (Alves, 2021, p. 596).

Existem aqueles que executam uma arquitetura em suas empresas, com acessibilidade para a permanência da pessoa PCD no mercado de trabalho. Na atualidade, com as tecnologias no ápice das inovações, o preconceito ainda existe no âmbito empresarial, tanto que Duarte, Corrêa & Bueno (2018), dizem que, “Mesmo com o avanço das tecnologias de reabilitação e os estudos em diversos âmbitos sobre a temática das PCDs, ainda se veem muito preconceito relacionado à sua capacidade para trabalhar e efetivamente compor o *socius* (Nota do autor: parceiro/ parceria) na atualidade” (Duarte, Corrêa & Bueno, 2018, p. 06).

Assim, nota-se que a luta pela inclusão das pessoas com deficiência anseia por um estudo mais aprofundado quanto aos fatores que ofereçam êxitos, compromissos, investimentos, capacitação, acessibilidades.

E, é neste sentido, que a disposição em respeito aos direitos humanos é constante e está relacionada ao aperfeiçoamento das lutas empreendidas para a criação de condições melhores e de ferramentais sociais mais eficazes voltadas à inclusão. Por isso, um estudo como no nosso, caminha ao lado da mensagem que não se permitir que nenhum tipo de retrocesso aconteça no âmbito dos direitos humanos já estipulados, alcançados ou ainda desejados.

A Lei nº8.213/1991, por sua vez, a que se refere à Lei de Cotas, no Art. 93, diz que a empresa com 100 ou mais empregados, está obrigada a preencher, entre 2% e 100% dos seus cargos, com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de

deficiência habilitadas. Este dispositivo legal, assegura ao portador de deficiência poder estar dentro do mercado de trabalho, de acordo com suas limitações e conforme os seus direitos.

Duarte, Corrêa & Bueno (2018) falam sobre como “é importante refletirmos sobre a proposta da Lei de Cotas, não apenas nas organizações, mas, também, nas famílias, instituições de ensino e sociedade em geral” (Duarte, Corrêa & Bueno, 2018, p. 14).

Logo a inserção das pessoas com deficiência dentro do mercado de trabalho, é proposta que está devidamente amparada pela Lei de Cotas e outros Decretos. Com estes dispositivos legais, enfatizam-se sua acessibilidade e se propiciam a sua regularização.

Diante o exposto, contudo, vemos que, apesar das Lei, do franco debate estabelecido na sociedade, ainda há questões que não foram postas em prática, ao menos de forma correta por parte de proprietários de empresas que contratam as PCDs. Há, também sobre isto, uma demanda importante a ser discutida: as mães que, para inserir seus filhos, por exemplo, reivindicam seus direitos.

Entretanto, ao lado desta importante reivindicação das mães, não se pode afirmar que o mercado não oferece ou não tem oferecido apoio aos PCDs, visto que há muita gente envolvida na inserção dos deficientes.

Por mais que surjam dúvidas, há legislação, especialistas e órgãos públicos capazes, a fim de ajudar ou mesmo instruir as empresas como proceder com a adequação de sua empresa na admissão e também ajustamento da PCD.

No tocante a isto, é patente que o empresário deve estar a par das Leis, pois o não cumprimento delas pode acarretar-lhe consequências nada favoráveis. O que abordamos anteriormente na relutância em prol daqueles que tanto precisam de ser respeitados nos seus direitos, é retomado neste ponto.

A Lei de Cotas, o PNDH3, a Cartilha do Policamente Correto, foram criados para fazer a diferença, integrar e, com isso, auxiliarem na construção de um espaço mais empático para com todas as diversidades. A inclusão das pessoas PCDs é composta por argumentações que aparecem em todos estes dispositivos, e são referentes, em nosso texto, ao que é necessário para a efetivação de profissionais com deficiência nos mercados e na sociedade:

O combate à discriminação mostra-se necessário, mas insuficiente enquanto medida isolada. Os pactos e convenções que integram o sistema regional e internacional de proteção dos Direitos Humanos apontam para a necessidade de combinar estas medidas com políticas compensatórias que acelerem a construção da igualdade, como forma capaz de estimular a inclusão de grupos socialmente vulneráveis. Além disso, as ações afirmativas constituem medidas especiais e temporárias que buscam remediar um passado discriminatório. No rol de movimentos e grupos sociais que demandam políticas de inclusão social encontram-se crianças, adolescentes, mulheres, pessoas idosas, lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, pessoas com deficiência, pessoas moradoras de rua, povos indígenas, populações negras e quilombolas, ciganos, ribeirinhos, varzanteiros e pescadores, entre outros (PNDH3, 2009).

O que entra também em discussão, é o que está sendo feito pelo poder público na ambientação efetiva dos deficientes. A circulação dos mesmos dentro das cidades, a responsabilidade de implementar projetos de estruturação para o bom cumprimento das políticas públicas, a reserva de vagas em concursos públicos acenam para o atendimento desta pergunta.

Ao administrar políticas públicas em concordância com as Leis, a importância ainda é maior, visto que, por meio delas é que se pretende promover o respeito às igualdades sociais. A Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, a denominada Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), em seu Art. 8º, deixa claro que:

É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Ao seu turno, a família que se compõe de ao menos um integrante com deficiência, tem, naturalmente, direitos adquiridos, a partir do momento que se comprovem suas respectivas condições de limitações.

Considera-se, na Lei nº 13.146/2005, no Art. 2º, que também versa sobre a pessoa com deficiência, que a deficiência se caracteriza, ainda, por ser aquele tipo de incapacitação que gera impedimento de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Com tudo isso, é possível se interpretar os direitos dos deficientes de uma forma abrangente. É desse modelo de abrangência, por exemplo, que trata o Art. 34, da Lei nº 13.146/2005. Discorrendo sobre o direito ao trabalho da pessoa com deficiência, a Lei em pauta diz que a “pessoa com deficiência tem direito ao trabalho de sua livre escolha e aceitação, em ambiente acessível e inclusivo, em igualdade de oportunidades para com as demais pessoas”, fenômeno jurídico que, por sinal, eleva a ideia de igualdade a um patamar até então impensado pelos outros dispositivos legais.

Sobre o direito à vida, a Lei nº 13.146/2005, no Art. 10º, declara que “compete ao poder público, garantir dignidade ao longo de toda vida do deficiente”. Assim, se mostra no presente diploma legal, que o poder público tem autoridade e o dever de agir, diante de qualquer ocorrência que atinja o indivíduo com dificuldades mentais, físicas, sensoriais, intelectuais. Além do que, a segurança e a proteção do deficiente recai solidariamente como dever do poder público, responsável por tomar medidas para que esse direito se efetive:

A Quarta Revolução Industrial ou também denominada de “Indústria 4.0” (termo cunhado em 2011, na feira de Hannover, Alemanha), diferentemente das revoluções industriais anteriores, evolui em uma velocidade muito maior, resultado do mundo interconectado em que vivemos; além disso, as novas tecnologias geram outras mais novas e cada vez mais qualificadas, impactando, sem precedentes, na economia, na sociedade e no modo de vida dos indivíduos. Também está transformando relações entre países, empresas, indústrias e em toda sociedade, com uma assombrosa profusão de novidades tecnológicas que abrangem numerosas áreas [...] (Calvete & Horn, 2020, p. 243-244).

De fato, como pudemos observar nas Leis, nos postulados teóricos, nos debates sociais que emergem do dia a dia, que a sociedade faz parte de um todo bem entrelaçado, especialmente visível quando se trata da inclusão social e, principalmente, da inserção da pessoa PCD no mercado de trabalho.

É possível que a inclusão social e também a exclusão façam parte de um mesmo processo histórico: a quarta revolução industrial. Qual das duas vertentes vencerá o embate (inclusão *versus* exclusão)? Resposta: a corrente ideológica que a nossa sociedade mais alimentar.

CONCLUSÕES

Com o propósito de destacar a inclusão das PCDs dentro do mercado de trabalho, e suas particularidades referentes às Leis e às lutas para sua inserção, precisamos sair em busca de Artigos e demais produções científicas e culturais que se refiríssem à temática, bem como lançamos mão do recurso de entrevistas divulgadas por meio de canais disponíveis no meio eletrônico.

Com a intenção de refinar a coleta de informações, nossa abordagem qualitativa compreendeu, durante todo o tempo das leituras e oitivas, impreterivelmente, os motivos que guiavam nosso estudo e, conseqüentemente, os resultados que prevíamos alcançar.

Por esse motivo, essa investigação oscila, ora na apresentação explícita de um lado de empatia para com as diferenças, ora, de distanciamento. Ser empático, neste contexto, significa promover o acolhimento das diversidades que estão em volta de nós, mas, também, entender como necessidade premente da sociedade, adaptá-las para uma melhor convivência comum.

Foi possível pontuar, ao longo da pesquisa, que a autoridade legal que se afirma sobre o assunto (o Estado), se revela e por meio do que se pede nas Leis, diante das quais os princípios inclusivos veem sendo implementados na sociedade e nas empresas, conforme seu segmento e demais atribuições.

Logo, pode-se considerar as palavras de Carmo, Gilla & Quiterino (2020), como pertinentes para ilustrar estes fatos: “A contratação feita de forma inclusiva deveria adaptar a função às especificidades de cada pessoa, de forma a utilizar recursos alternativos e tecnologias auxiliares, se preciso (Carmo, Gilla & Quiterino, 2020, p. 03).

O mercado de trabalho, por sua vez, está repleto de implicações que impedem a inclusão ou a acessibilidade em si. Basta o confrontamento das Leis, Decretos, dos conhecimentos técnicos e dos estudos feitos para que haja tal compreensão. De acordo com Carmo, Gilla & Quiterino (2020), esse “processo de inclusão”, se daria de um modo mais eficaz, “devido ao cenário nacional, a importância da continuidade de estudos que enriqueçam a discussão das PCDs no mercado de trabalho” (CARMO, GILLA & QUITERINO, 2020, p. 04).

Os eventuais obstáculos socioeconômicos que diante das premissas de inclusão social se podem erguer, têm sido lentamente revistos, discutidos e, por meio de um grande debate social, político e econômico, apresentado soluções, cujos resultados macroeconômicos de médio e longo prazos têm permitido afirmar, que:

A conquista de direitos individuais e coletivos inseridos na Constituição de 1988, com a afirmação de direitos sociais que conferiam um crescente e progressivo status de igualdade material dos trabalhadores brasileiros, consagrou a proteção ao trabalho como destaque no rol dos direitos fundamentais. Esse quadro, entretanto, retrata um momento de efervescência do Estado Social brasileiro, com o advento da Constituição de 1988, e que hoje não corresponde à atual realidade, de investidas governamentais questionando uma suposta proteção excessiva ao vínculo empregatício, em detrimento do crescimento econômico (Calvete & Horn, 2020, p. 134).

O que se espera diante disso, é que o direito e demais garantias sociais não sejam violados. O respeito à inclusão é primordial. Tanto é assim, que os parágrafos 1, 2, 3, 4 e 5, da Lei nº 13.146/2005, estabelecem parâmetros consistentes para esclarecer possíveis dúvidas:

- § 1º As pessoas jurídicas de direito público, privado ou de qualquer natureza é obrigada a garantir ambientes de trabalho acessíveis e inclusivos.
- § 2º A pessoa com deficiência tem direito, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, a condições justas e favoráveis de trabalho, incluindo igual remuneração por trabalho de igual valor.
- § 3º É vedada restrição ao trabalho da pessoa com deficiência e qualquer discriminação em razão de sua condição, inclusive nas etapas de recrutamento, seleção, contratação, admissão, exames admissional e periódico, permanência no emprego, ascensão

profissional e reabilitação profissional, bem como exigência de aptidão plena.

- § 4º A pessoa com deficiência tem direito à participação e ao acesso a cursos, treinamentos, educação continuada, planos de carreira, promoções, bonificações e incentivos profissionais oferecidos pelo empregador, em igualdade de oportunidades com os demais empregados.
- § 5º É garantida aos trabalhadores com deficiência acessibilidade em cursos de formação e de capacitação.

Desse modo, compreende-se como papel do cidadão brasileiro, a defesa incansável, da ideia de que todos têm tanto direitos quanto deveres a serem cumpridos e respeitados e, a importância desses valores devem ser fixados na mente das pessoas, e também nos murais de recados das organizações públicas e particulares:

A intervenção estatal, embora, a princípio, possa indicar um contrassenso com a ideia de “liberdade” que constitui uma das bases do capitalismo, é fruto da mudança na consciência social, já que as leis nada mais são do que reflexos dos anseios da sociedade. Em outras palavras, melhorias das condições de trabalho e sociais só foram possíveis graças ao avanço da consciência social sobre o papel das empresas na sociedade e a relativização do lucro (Calvete & Horn, 2020, p. 362).

Por meio de informações, Estatutos, o interessado no tema deve estar bem consciente de como deve ser tratada uma pessoa PCD. As políticas públicas, a família, a comunidade, devem estar aptas a compreender o assunto desse Artigo, e tê-lo como fonte de conhecimento e discernimento do que está certo ou errado sobre inclusão e exclusão de pessoas PCDs. Desse modo, se poderá efetuar melhorias de como chegar às informações a esse respeito. Sobre isso, Alves (2021), ressalta que:

[...] assimilar informações e dados em relação às pessoas com deficiência é de extrema relevância para a sociedade em geral, visto que a mesma necessita estruturar seus ambientes para melhor receber tais pessoas proporcionando assim uma melhor acessibilidade (Alves, 2021, p. 599 e 600).

É importante a participação de familiares na inclusão dos PCDs no mercado de trabalho ou em escolas, no que tange à efetivação educacional, mas compreende-se que nem todos estão preparados para a consolidação desta tarefa, visto haver certa

desinformação em relação, tanto aos direitos dos deficientes quanto face aos resultados oriundos da exclusão:

Os transtornos depressivos são caracterizados por tristeza, perda de interesse ou prazer, sentimento de culpa ou baixa autoestima, sono perturbado, ausência de apetite, sensação de cansaço e pouca concentração. A depressão pode ser duradoura ou recorrente, prejudicando substancialmente a capacidade de um indivíduo de funcionar no trabalho ou na escola ou mesmo em situações comuns da vida. No seu estágio mais grave, a depressão pode levar ao suicídio (Calvete & Horn, 2020, p. 297).

Talvez seja em função deste dissenso e das graves consequências que dele advém, da dissonância, em suma, entre o ideal e o real, que Alves (2021) assevere:

[...] constata-se que na realidade brasileira o que predomina são calçadas públicas em péssimas condições de mobilidade, prédios públicos sem rampa de acesso, transportes públicos sem elevadores especializados e quando possuem muitos estão danificados, falta de elevadores em lugares específicos, ausência de sinalização tátil, entre outros instrumentos essenciais a mobilidade e acessibilidade de tais pessoas (Alves, 2021, p. 604).

Em contrapartida Silva (2021) intensifica que, “para as organizações, fica cada vez mais clara a importância de estrategicamente criar uma ambiência organizacional mais inclusiva, capaz de absorver tanto as demandas como as necessidades de todos os segmentos sociais” (Silva, 2021, p. 76).

REFERÊNCIAS

ALVES, Lucilene Quintiliano. PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL: ASPECTOS CULTURAIS, HISTÓRICOS E CONSTITUCIONAIS DE SUA TRAJETÓRIA. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**. São Paulo, v.7. n.7. jul. 2021. Disponível em: <https://www.periodicorease.pro.br/rease/article/view/1709>. Acesso em: 14 dez. 2022.

CALVETE, Cássio da Silva; HORN, Carlos Henrique (Orgs.). **A quarta revolução industrial e a reforma trabalhista**: impactos nas relações de trabalho no Brasil. Porto Alegre: Cirkula, 2020.

CARMO, Marwin Machay Indio do Brasil do; GILLA, Clarissa Garcia e QUITERINO, Patricia Lorena. Um estudo sobre a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho brasileiro. **INTERAÇÃO EM PSICOLOGIA**. vol.24, nº 01, 2020. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?cluster=2371523853965539060&hl=pt-BR&as_sdt=0,5#d=gs_qabs&t=1669769730077&u=%23p%3D9Db7W2FY6SA>. Acesso em: 14/12/22.

CIRINO, S. M. Sustentabilidade no meio ambiente de trabalho: um novo paradigma para a valorização do trabalho humano. **Revista eletrônica [do] Tribunal Regional do Trabalho**, da 9ª Região, v. 3, n. 28, p. 85-108, 2014.

CNN BRASIL. Preconceito limita acesso de PcDs ao mercado de trabalho, 31 ago. 2022. Disponível em: [Preconceito limita acesso de PcDs ao mercado de trabalho | CNN BRASIL](https://www.cnnbrasil.com.br/preconceito-limita-acesso-de-pcds-ao-mercado-de-trabalho/)>. Acesso em: 16 abr.2023.

COSTA, R. M. Uma abordagem evolucionária de sistemas de relações de trabalho: o processo de coevolução entre tecnologias e as instituições do trabalho. **Tese de Doutorado**. Porto Alegre: UFRGS, 2014.

DUARTE, Fabrícia Mirella de Oliveira; CORRÊA, Mayara Helena; BUENO, Rinaldo Conde. O DESAFIO DE INCLUIR PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PCDs) NO TRABALHO: UM ESTUDO PARA MAIS RECURSOS HUMANOS. **Revista Científica Doctum: Multidisciplinar**. DOCTUM. Caratinga. 1, n. 1, abr. 2018. Disponível em: <http://revista.doctum.edu.br/index.php/multi/article/view/180>>. Acesso em: 14 dez. 2022.

MARCUSE, Herbert. **Eros e Civilização** – Uma Interpretação Filosófica do Pensamento de Freud. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

QUEIROZ, Antônio Carlos. POLITICAMENTE CORRETO & DIREITOS HUMANOS – **CARTILHA DO “POLITICAMENTE CORRETO**. SEDH – Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Presidente Lula (PT), 2004. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/cartilhas/a_pdf_dht/cartilha_politicamente_correto.pdf. Acesso em 17/02/2021, às 16h42min.

PNDH3 – DECRETO Nº 7.037. **Programa Nacional de Direitos Humanos**. Presidência da República – Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7037.htm. Acesso em: 22/09/2022, às 17h26min.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CASA CIVIL. **Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Disponível em:<[L8213consol \(planalto.gov.br\)](https://l8213consol.planalto.gov.br)>. Acesso em: 13 abr. 2023.

Presidência da República Casa Civil. **Subchefia para Assuntos Jurídicos**. **LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015**. Disponível em: <[L13146 \(planalto.gov.br\)](https://l13146.planalto.gov.br)>. Acesso em: 01 maio 2023.

SILVA, Marcelo Antônio e BARBOSA, Milka Alves Correia. POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA INCLUSÃO DE PCD NO MERCADO DE TRABALHO. **Revista Pensamento & Realidade**. Volume 36, nº 1, pp. 75-89, Jan/Apr, 2021. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/pensamentorealidade/article/view/53417>>. Acesso em: 14/12/22.

**DILEMAS SOBRE O
TRABALHO EM TEMPOS DE
PANDEMIA DE COVID-19**

**English title: DILEMMAS ABOUT
WORKING IN COVID-19 PANDEMIC
TIMES**

doi> 10.33726/akdbooks2447-7656v2y12in2026p45-61

PESSOA, Marcelo⁸ –  <https://orcid.org/0000-0002-9193-4604>

RESUMO: O presente trabalho se debruça sobre questões contemporâneas relacionadas às novas dinâmicas de relação do homem com o trabalho e destes com as empresas. O objetivo deste levantamento, foi o de reunir num único texto, o maior volume possível de informações sobre o estado da arte da legislação, sobre os ajustes corporativos e as adaptações humanas empreendidas nas relações de trabalho durante a Pandemia de COVID-19. Metodologicamente, realizamos uma pesquisa bibliográfica exploratória, combinada com uma varredura digital em repositórios jornalísticos da internet que tratassem deste tema. Como resultados, esta pesquisa apresenta o fato de que, apesar da sedução pelo *home office* e pelo teletrabalho terem sido objetos de desejo das pessoas antes da pandemia, tanto as corporações quanto os seus colaboradores pretendem, senão uma retomada do trabalho presencial, ao menos um formato híbrido nos limiares da pós-pandemia.

PALAVRAS-CHAVE: Pandemia, COVID-19, Teletrabalho, Home Office

ABSTRACT: The present work deals with contemporary issues related to the new dynamics of the relationship between man and work and between them and companies. The purpose of this survey was to gather in a single text, the largest possible amount of information on the state of the art of legislation, on corporate adjustments and human adaptations undertaken in labor relations during the COVID-19 Pandemic. Methodologically, we carried out an exploratory bibliographic search, combined with a digital scan in internet journalistic repositories that dealt with this topic. As a result, this research presents the fact that, despite the seduction by the home office and teleworking, have been objects of people's desire before the pandemic, both corporations and their collaborators intend, if not a resumption of face-to-face work, at least one hybrid format in the post-pandemic thresholds.

KEYWORDS: Pandemic, COVID-19, Telework, Home Office

⁸ Doutorando em Linguística, pela UFSCAR. Doutor em Letras, Docente, na Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Frutal. Pesquisa doutoral desenvolvida com o apoio da FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais.

INTRODUÇÃO

No final do ano de 2019, ninguém, no mundo inteiro, talvez pudesse imaginar o cenário de ficção que viria a se desenrolar pelo Planeta, a partir dos primeiros dias do ano de 2020. Isto é, se a nós pudesse ter sido exibido um vídeo *trailer* sobre o futuro, ou como se tem dito nos embates populares e pelas redes sociais virtuais, onde se tratam dos mais diversos temas do convívio humano, se nos fosse dado um spoiler sobre o como seria o ano de 2020, certamente o prenúncio de uma pandemia, sobretudo, com os graves desdobramentos sobre a existência humana, econômicos, sociais, políticos, históricos, psicológicos, que se performaram em torno da COVID-19, não comporia quaisquer vídeo clipes produzidos por quem quer que fosse.

E, por ter mencionado o *spoiler*, vejo que é pertinente aqui uma breve digressão, momento em que peço licença ao leitor para fazê-lo. Falando-se em *spoiler*, portanto, vale dizer que, ao lado da já disseminada acepção semântica sobre a palavra em voga (*spoiler*), sabe-se que seu significado tem se tornado fato corriqueiro nas mesmas redes sociais às quais recorreremos para coletar nossos dados.

Nestes ambientes virtuais, o emprego deste vocábulo tem nos remetido à ideia de que *spoiler* é uma “revelação antecipada”. Ao lado disso, isto é, de um uso de certo modo assim já consagrado, é fato, também, que nos estudos etimológicos, a figura do verbete *spoiler* se refere bem mais adequadamente ao significado de espoliador, ou seja, daquilo que avilta, depleta ou ultraja e, neste segundo sentido, talvez um eventual *spoiler* sobre o COVID-19, dado ao conhecimento público que se tinha sobre o vírus ainda no final de 2019, explicasse e antevisse com melhor exatidão o atual momento pandêmico por nós experimentado a partir do começo de 2020.

Foi nesse contexto que, em meados dos meses de janeiro, fevereiro em alguns recônditos do Planeta, ou a partir de março de 2020 noutros lugares (conforme a evolução do ciclo de contágio do Novo Corona Vírus), que as restrições de contato social impostas pelas razões assépticas da pandemia forçou a que muitas empresas precisassem alocar boa parte de seus colaboradores para condições de trabalho remoto, nos formatos denominados como teletrabalho e ou em *home office* (termos a serem esclarecidos adiante).

Segundo a “Organização Internacional do Trabalho” (OIT), o “teletrabalho” é “a forma de trabalho realizada em lugar distante do escritório e/ou centro de produção,

que permita a separação física e que implique o uso de uma nova tecnologia facilitadora da comunicação” (Conceito disponível em: JUSBASIL, 2020). Enquanto isso, o termo “home office”, traduzido do inglês, significa literalmente “escritório em casa”.

Na prática, tais definições nada mais implicam em que o profissional passe a ter repentinamente à sua disposição uma estrutura corporativa fincada na própria residência para realizar suas tarefas de trabalho como se estivesse alocado na empresa.

Em contexto de pandemia, a demanda por mais “espaços alternativos para a continuidade da prestação de serviços” se elevou, isto é, a procura por tais adaptações sofreu robusto incremento e, assim, a estas duas expressões (ao teletrabalho e ao *home office*) passaram a se associar variações como o *telecottage* (o “telecottage” é geralmente um tipo de estabelecimento comunitário formulado para auxiliar os membros da comunidade com o aprendizado, o acesso à tecnologia, o acesso ao trabalho etc.), o *coworking* (espaços destinados ao compartilhamento de uso, geralmente voltados ao labor tradicional). Além disso, no término do período mais restritivo do isolamento social, dinâmicas de exercício do “trabalho remoto” incorporaram-se no uso de cafeterias, hotéis, áreas de lazer públicas, de praças de alimentação em *shoppings* etc. Em suma, qualquer lugar que ofereça a tecnologia e espaço necessário para o desempenho das funções pôde servir como terreno para o labor corporativo (CATHO, 2020).

Agora, sobre a diferença fundamental entre um e outro modo de trabalho executado a distância (especialmente falando do teletrabalho e do *home office* – vistos em nosso estudo como epicentros da preocupação das corporações), convém resgatarmos a seguinte formulação:

Importante notar que o teletrabalho não precisa ser realizado necessariamente em domicílio (o que o distingue da modalidade clássica de “trabalho em domicílio” ou *home office*), podendo ocorrer em telecentros, centros satélites, *telecottages*, ou mesmo sem um espaço definido (teletrabalho nômade ou móvel) (Calvete & Horn, p. 307).

E, não diferentemente do cenário geral engendrado pela história natural da pandemia, vimos que a produtividade acadêmica relativa ao atendimento burocrático e didático à distância e à produção intelectual docente e discente também se viu migrando para estas mesmas estruturas de interação em regimes alternados e ou simultâneos de teletrabalho e de *home office* (cf. Calvete & Horn, p. 307).

Em razão desta reconfiguração dos formatos de troca social e de desempenho no trabalho, é que, neste *paper*, o objetivo mais razoável a ser traçado foi o de perscrutar em que medida as atividades de trabalho remoto têm impactado o ser humano ou que possamos minimamente insinuar como ainda poderão afetar a sociedade no contexto da Pandemia de COVID-19.

Justifica a realização de um texto como este, no começo do ano de 2021, a ainda insuficiência de atos voltados à revisão sistemática imediata dos postulados legais e culturais sobre os aspectos legais e sobre a função social do trabalho, bem como dos tratados econômicos, antropológicos e sociológicos sobre a conduta humana e as adjacentes respostas governamentais que, a toque de caixa, estão sendo dadas ante ao problema da recuperação econômica, social e emocional num almejado e iminente momento pós-pandemia que já se aproxima de todos nós (sobretudo com a chegada das vacinas), no Brasil e na América do Sul, desde o final de 2020 e início de 2021.

Desse modo, espera-se que os resultados desta investigação e o compêndio de dados ora apresentados alimente a realização de debates e de novos trabalhos. E, que de algum modo, este pequeno esforço de renovação e de atualização de nosso *corpus* seja academicamente útil aos pesquisadores das Ciências Sociais e das Ciências Humanas que vierem a se debruçar na tentativa de compreender e descrever os novos fatos que nos rodearam neste inacreditável ano de 2020.

METODOLOGIA

Metodologicamente, de um lado, pela falta de acervo próprio ao tema e, por outro lado, devido às restrições de deslocamento e, conseqüentemente, do pouco acesso a acervos bibliográficos físicos consolidados pela tradição científica e atualizados sobre o assunto, optamos por realizar uma varredura digital em vários *sites* na internet, com vistas às discussões jornalísticas que permeiam esta matéria, imprimindo-se ao presente texto, portanto, um grau elevado na temperatura das notícias selecionadas quanto ao clamor e expressões da sociedade sobre nossa temática.

Importante frisar que, ao lado do respeito que devotamos aos conteúdos de nossa tradição acadêmica, é oportuno lembrar que a produção intelectual sempre tende, por índole, a dar protagonismo àquilo que está em pauta na seara universitária, ao jargão

corrente nos bastidores de maior prestígio científico, e, não necessariamente, dar enfoque apenas aos anseios e demandas efetivas ou mais imediatas de nossa sociedade.

Assim, para tentar equilibrar nosso texto entre um e outro polo, apesar das restrições de trânsito e de acesso já expostas, traremos, sempre que possível, fundamentos técnicos minimamente razoáveis igualmente extraídos de repositórios digitais de informação, desde que confiáveis e ou rastreáveis para tudo o que aqui se irá afirmar.

Vale dizer a este respeito que obviamente não ignoramos a existência de produção científica recente, oriunda, particularmente, das Ciências Sociais e das Ciências Humanas que nos pudessem amparar, visto que toda ela também jaz disposta em outros tantos compêndios digitais destinados para tal fim, tais como acervos bibliográficos de universidades, bancos de teses e dissertações. Ressaltamos que, prescindir desse tipo de acúmulo de conteúdos é uma opção intencional.

Pauta nossa decisão ao menos dois argumentos: a) o desejo de aqui se construir um texto que tenha uma feição de “banco de dados”, de coletâneas de manchetes de jornal; e, b) a constatação de que a nossa “ciência” como um todo, tem claudicado na direção de dar respostas concretas e assertivas para a sociedade no tocante ao Novo Corona Vírus. Condição esta que, se não nos permite desconfiar de nosso arcabouço científico, nos autoriza, no mínimo, a colocar em xeque tais postulados, abrindo-se, com isso, uma fenda, por meio da qual se vislumbra a possibilidade de realização de propostas de recomposição do *corpus* teórico e para a coleta de dados mais próximos da atualidade e da emergência sociocultural com a qual lidamos.

Outro dado metodológico importante a ser ressaltado, é o de que, em tempos de produção de conteúdos intensamente veiculados por meios e repositórios digitais, é comum que a checagem das informações científicas ou mesmo de dados preliminares de pesquisa (como é o nosso caso aqui) sejam mais facilitadas. Neste sentido, lembramos que, o que, em princípio, pode parecer uma vantagem técnica (a facilidade de checagem via meios digitais), por outro lado, dá margem para o surgimento de fenômenos como o do *fake-checking* (falsas checagens de origem das informações).

Desse modo, ao lado de nossa preocupação em informar nosso leitor / pesquisador, nos impusemos a possibilidade de ampla checagem da origem dos dados que nos orientaram na construção deste *paper*. Noutros termos, isto quer dizer que, se

de um lado não nos é possível empreender checagens irretocáveis de tudo aquilo que tem sido publicado na internet, por outro lado, ao oferecermos um rol de *sites* e de *links* em que a mesma informação tem aparecido, não eliminamos a possibilidade de imprecisão dos dados coletados, porém, compartilhamos com nossos leitores a rastreabilidade das informações, o que, se não confere maior validade aos nossos estudos, ameniza-se o impacto no tocante à credibilidade e origem dos fatos narrados.

Convém esclarecer também, que sabemos que não é por culpa da “ciência” propriamente dita que tais devolutivas não têm ocorrido a contento e a tempo da inesperada e elevada demanda social por respostas. Logo, sabe-se que a produção científica, do mesmo modo que outras atividades da lide humana tem, ao seu próprio tempo, um ritmo singular de se construir.

Como neste artigo tratamos de temática que realiza correlações atinentes ao contexto socioeconômico, para melhor entender o que se passa com a nossa “ciência”, lembramos que há, no mercado financeiro, uma máxima que diz que a análise estratégica de balanços empresariais ou do mercado de ações sobre a obtenção de lucros no passado não oferece certeza de lucros no presente ou no futuro.

Transpondo esse conceito para os domínios de nossa tão atacada, combalida e carente de recursos “ciência”, vemos que as respostas por meio dela até então dadas à sociedade global, se postas à luz da analogia feita acima sobre os fatos da economia de mercado, estabelecem um grau de confiabilidade que se fundam muito mais num cenário de prognósticos da sorte astrológica, de apostas de cassino ou no imaginário catastrófico de youtubers do que na predição técnica, consistente e confiável feitas a partir de modelos tecnológicos ou do rigor metodológico cientificamente sustentáveis.

Ou seja, os parâmetros científicos disponíveis via conceitos, teorias e história referente a outras pandemias e ao comportamento da própria sociedade de pouco ou quase nada nos serviram para ajudar aos cientistas sérios a realizarem predições entregáveis quanto ao futuro humano ante ao Sars-CoV-2.

Somente para mencionar parte dos desencontros recentes entre “ciência” e realidade social imediata, destacamos o dilema fomentado especialmente pela OMS (Organização Mundial da Saúde) e o Ministério da Saúde brasileiro e seus correlatos pelo mundo afora. Divergiram ou “escorregaram” em questões sobre o uso ou não de máscaras, sobre a aplicação ou não de *lockdown*, sobre o tempo de incubação do novo

vírus, sobre o contágio e a possibilidade de recontaminação, sobre a imunidade de rebanho ser ao mesmo tempo possível e ou inalcançável, sobre o tempo de recuperação do infectado, sobre a eficácia ou não de usos *off label* (segundo a ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar, o medicamento chamado “off-label” é aquele cuja indicação do profissional assistente diverge do que consta na bula) de medicamentos como o “Remdesevir”, a “Hidroxicloroquina”, o “Avipiravir”, o “Kevzara”, a “Ivermectina”, o “Anitta”, sobre a definição precisa do perfil do grupo mais vulnerável ao novo corona vírus, sobre o tempo de ascensão / platô / queda da curva de infecção, sobre as estimativas de letalidade, sobre a segurança / eficácia / tempo de produção de vacinas, sobre a possibilidade e ou segurança de pessoas já infectadas tomarem a vacina.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em nossa varredura digital sobre o modo de implementação do trabalho remoto, em sites como do “INFOMONEY” (o “site” de finanças mais confiável do Brasil) e do “INVESTING” (“site” que trata dos mercados financeiros globais, com informações e dados apresentados em 44 idiomas), notamos que se deu ampla divulgação a dados de uma pesquisa realizada na INTEL (A “Intel Corporation” é uma empresa multinacional e de tecnologia sediada em Santa Clara, Califórnia, no Vale do Silício, EUA), com pelo menos 150 líderes de TI (profissionais ligados aos setores de tecnologia de informação).

Embora tais sites não sejam, *stricto sensu*, acadêmicos e, portanto, não preocupados ou com o dever de análise e validação dos dados divulgados, é interessante que se perceba na leitura fria dos números que divulga, o viés das alterações de produção e de consumo quanto à variação dos mercados globais em tempos de pandemia.

Em nossa apuração do que se veiculou por ali, vimos que na referenciada pesquisa mostrou-se que, para 79% dos trabalhadores em TI (Tecnologia da Informação), o afazer remoto é item que traria desafios significativos à gestão da produção e difusão da informação nas empresas. Entre os entrevistados, 77% disseram que o teletrabalho iria aumentar os riscos em segmentos de cibersegurança (proteção de computadores e demais dispositivos de dispersão de conteúdos). Entretanto, é imprescindível pontuarmos, segundo fontes da mesma pesquisa, que a Pandemia de COVID-19 simplesmente acelerou os processos de implantação de teletrabalho, os quais já estavam em franca expansão na INTEL:

In many businesses, most devices are no longer located where IT staff operate. Fleets today comprise on-premise devices, remote devices, and even devices that don't have a user, such as smart vending machines, ATMs, or hub devices in conference rooms. [Em tradução livre: “Em muitas empresas, a maioria dos dispositivos não está mais localizada onde a equipe de TI opera. As frotas hoje incluem dispositivos locais, dispositivos remotos e até mesmo dispositivos que não têm um usuário, como máquinas de venda automática inteligentes, caixas eletrônicos ou dispositivos de hub em salas de conferência”] (INTEL, 2019).

Em relação aos inúmeros obstáculos postos diante dos humanos nestes novos e simultaneamente velhos tempos, muitos entraves ainda restam a serem vencidos no caminho da consolidação do *home office*. Neste sentido, deparamo-nos com informações que temos acompanhado em fóruns de internet, em jornalismo via *streaming* ou mesmo em noticiários televisivos ou radiofônicos, que dão conta de que este percalço sobre a reconfiguração dos espaços e das relações de trabalho se concentra focado em itens como o da disponibilidade de mobiliário adequado ao exercício funcional caseiro e na falta de ambientes adequados para a entrega produtiva do trabalho feito a partir de casa.

Outro fator social que chama bastante a atenção nos relatos e fatos jornalísticos associáveis ao tema “teletrabalho”, é aquele que se volta à detração dos afetos (familiares e não familiares) em função do isolamento social, e também de conflitos que acontecem face ao convívio *full-time* com as pessoas dentro destes mesmos círculos afetivos:

Sobre isso, o psicanalista Flávio Carvalho Ferraz, professor do “Instituto Sedes Sapientiae”, [...] problemas de relacionamento e neuroses que já existem tendem a se manifestar na atual situação de quarentena. Os tipos de conflito que podem surgir também se relacionam com a classe social das pessoas. Para algumas, assumir as funções domésticas da empregada dispensada em tempos de pandemia é uma fonte de estresse e origem de brigas (Sant’anna, 2020).

Nos mesmos apontamentos jornalísticos a que temos recorrido com frequência, vê-se que, quanto ao quesito de acesso a bens eletrônicos e à eficiência das condições tecnológicas pré-existentis na vida das pessoas antes do Novo Corona Vírus (propriedade ou posse de equipamentos, bem como o domínio de seus sistemas operacionais) há um *gap* tecnológico e financeiro a ser superado.

E, justamente num momento em que as interações pessoais e profissionais passaram a acontecer predominantemente em regimes virtuais, a defasagem tecnológica ganha prevalência como problema socioeconômico, especialmente se vista sob os

termos em destaque nos parágrafos anteriores. Destacam-se, neste critério, fatores cuja solução perpassa a questão econômica, como a da necessidade do aumento da velocidade de tráfego de dados de internet e a aquisição de melhores computadores ou de aparelhos celulares e demais itens para a satisfação plena da intensa rotina de trabalho a distância, tais como mobiliário, iluminação e revestimento acústico de ambientes.

Tal circunstância limitante ainda se defronta com o fato da obrigação de enquadramento da sociedade aos Decretos de isolamento social, lavrados pelas autoridades sanitárias, políticas e jurídicas que regem nosso convívio social:

Não obstante, e mesmo considerando a temporalidade da vigência das MPs n.º 927 e 936, assim como da Lei n.º 13.982/2020 (com exceção do artigo 1º), algumas de suas normas parecem apontar para um caminho de retorno duvidoso, notadamente as que envolvem a aplicação de inovações tecnológicas no universo laboral. [...] A MP n.º 927/2020 já tinha adotado o teletrabalho como uma das medidas para enfrentar o corona vírus (artigo 3º, I), assim como criado ou flexibilizado regras do mesmo, como se constata no seu artigo 4º. Merece ser destacado que a adoção daquela forma de labor foi estendida também para estagiários e aprendizes (artigo 5º) (Barbosa Junior, 2020).

Por sua vez, é senso comum nas discussões pela internet, que as diferentes ferramentas de comunicação virtual, como o “Zoom” e o “Microsoft Teams”, e de gestão do trabalho e da conduta diária, como o “Trello” e o “Slack”, e. g., passaram a exigir do usuário um volume de habilidades no manuseio (além do já mencionado dispêndio de recursos financeiros) que dificulta a expansão e reconfiguração dos contratos de trabalho sob os moldes da nova realidade pandêmica.

Acerca da interpretação do referido art. 75-D, CLT, há, essencialmente, duas correntes de entendimento. De um lado, há quem defenda que a Lei supra deixou em aberto a possibilidade de fixação da responsabilidade pelo custo e manutenção dos instrumentos necessários à realização do teletrabalho, podendo o contrato escrito atribuí-lo ao trabalhador.

Torna-se possível, assim, ao empregado ter que arcar com algumas despesas relativas à prestação de serviço remoto, exigindo-se, apenas, que isso conste de contrato. De outro lado, a corrente que compartilhamos, é a que trata do insumo tempo como típica ferramenta para o exercício do trabalho: nisso, o custo é do empregador, incidindo, no particular, o princípio da alteridade, de acordo com o qual os riscos e custos do negócio correm por conta do empregador (art. 2º, CLT). Ou seja, corre sob

a exclusiva responsabilidade do empregador os riscos do empreendimento, da atividade e do contrato de trabalho celebrado com seus empregados (Gaspar & Veiga, 2020).

Outro fator relevante, segundo um membro do “Conselho de CEOs do Wall Street Journal”, é o de que: “Quando você trabalha em casa, às vezes parece que está dormindo no trabalho”. Na prática, isto nos remete às armadilhas emocionais criadas pelo fato de os indivíduos estarem longe do escritório por muito tempo.

Reuniões *online* em regime de teletrabalho ou de *home office* podem redundar em funcionários bem mais cansados do que normalmente ficavam e, devido à nova condição dos novos espaços de trabalho ou mesmo do ambiente residencial adaptado como extensão do espaço corporativo, dificulta-se a transição do “lugar emocional trabalho” para o “lugar emocional vida privada” (BLOOMBERG, 06/10/2020).

Desse modo, há quem afirme que esta nova relação do homem com seu trabalho habitual, é premissa sociocultural capaz de interferir nos coeficientes de felicidade ou de infelicidade. O aumento da felicidade de trabalhar em casa pode, por sua vez, tornar os trabalhadores mais produtivos. Porém, nas atuais circunstâncias, no entanto, é difícil ter certeza se o trabalho em casa ou no escritório é mais eficiente, já que é difícil comparar as diferentes realidades que funcionários possuem dentro de suas próprias casas (CIDADEVERDE.COM, 2020).

Devido a narrativas como esta, é que a Microsoft criou um novo produto, que pretende dar soluções ao problema. O “Together Mode”, que se constitui numa ferramenta tecnológica que coloca os participantes de videochamadas em um espaço virtual, como se estivessem num auditório, numa sala de reuniões ou numa cafeteria. Este recurso tem o propósito de tentar recriar minimamente um “lugar emocional de se estar num escritório”, amenizando-se, assim, o desconforto recém-descoberto no desenlace das funções de trabalho remoto.

Sintomas como insônia, depressão, fadiga têm sido pautas recorrentes em consultórios da medicina alopática, da psiquiatria e de atendimentos psicológicos:

[...] a principal causa de tanto mal-estar é a quebra da rotina. A mudança no ritmo de vida interfere no nosso relógio interno. Nossas células estão programadas para produzir hormônios em certos horários. Com a quebra, o metabolismo se desajusta. No início da pandemia, o principal motivo das consultas era insônia, depois passou a ser ansiedade e agora é depressão. Junte-se [a isso] a longa exposição às telas. A luz azul emitida pelos dispositivos eletrônicos influencia a fabricação de

melatonina, o hormônio que avisa ao corpo que a noite chegou. Com a overdose de telas, o cérebro entende que é dia o tempo todo e não deixa o [indivíduo] desligar. Até a síntese de cortisona, o hormônio do estresse, cuja produção cai à noite, é afetada. Diante das telas, seus níveis permanecem altos, levando à insônia. E assim, as pessoas começaram a varar madrugadas e seu relógio [biológico] foi ficando cada vez mais bagunçado. A privação de sono derruba a resistência, compromete a regeneração dos tecidos, acelera o envelhecimento, provoca fadiga, irritabilidade, queda da concentração. [...] um estudo, [realizado] com 3890 pessoas, publicado no *The Lancet Psychiatry*, em 2017, demonstrou que a dificuldade para dormir não é sintoma, mas causa de ansiedade e depressão (Nabuco, 2020).

Nesta parte da discussão de nossos resultados de pesquisa, salientamos que, como o espaço de trabalho e boa parte das relações dos funcionários entre si, e destes com o empregador e de todos com o serviço foram alteradas significativamente e, ao que tudo indica, muitas das tendências atuais serão implementadas em caráter definitivo, é salutar que sob o ponto de vista da revisão dos contratos sociais a serem feitas, que novas legislações trabalhistas sejam pensadas para delimitar a abrangência dos direitos e dos deveres dos agentes envolvidos que agora, ao usarem a residência como espaço de trabalho, não só fizeram migrar parte dos custos operacionais da empresa deixando-as às expensas do empregado, como também assistem seus colabores avançarem no perigoso território dos sofrimentos psíquicos e emocionais.

A reboque dessa premissa, vale recordar que, assim como a ascensão da economia movida por *freelancers* gerou perguntas e processos judiciais, sobre o que significava ser um empregado formal com vínculo tradicional ou um trabalhador autônomo, no início dos anos 2000, a popularidade do trabalho remoto nestes anos de 2020 pressionará a sociedade por criação e mudanças em Leis que rotineiramente são construídas em torno da suposição de que as pessoas trabalhariam sempre no espaço convencional típico de um ambiente corporativo.

Emblemático disso é um antigo estudo brasileiro sobre os deslocamentos domicílio-trabalho, em que já se houvera revelado que o transbordo era uma das atividades mais desagradáveis que as pessoas faziam regularmente em suas rotinas de trabalho (Pereira & Schwanen, 2013). Cabe destacar que esta investigação é considerada “antiga” (apesar de feita nos idos da década de 2010), tendo-se em vista que praticamente todo o referencial incorporado em nossa atual escrita é composto de notícias, formulações conceituais e opiniões manifestas imediatamente neste ano de

2020, em plena ocorrência da Pandemia de COVID-19 e, portanto, trata-se de fatos, que, no jargão jornalístico, são “quentes”, ou simplesmente “recentes”.

Na mesma direção daquele desalento sobre os transbordos (vistos em PEREIRA & SCHWANEN, 2013), num levantamento feito pelo “Escritório de Estatísticas Nacionais da Grã-Bretanha” (dados repercutidos pelo jornalismo via internet, em “sites” como do INFOMONEY, do CIDADEVERDE.COM, ou do TERRAVIVA.COM, 2020), as impressões, de certo modo, se mantiveram (Nader, 2020).

Noutra investigação correlata, feita pela “Universidade de Montreal”, no Canadá (2020), identifica, contudo, haver uma relação direta entre o trajeto até o trabalho e o desenvolvimento de problemas como a Síndrome de burnout (transtorno psíquico de caráter depressivo, precedido de esgotamento físico e mental intenso) (Nader, 2020).

Nestas pesquisas (rastreáveis a partir do “site” SPEDNEWS.COM.BR, mas, também, presentes em outros muitos veículos digitais já indicados), descobriu-se, em síntese, o que já fora detectado por Pereira & Schwanen (2013), isto é, o problema de que os passageiros diários do metrô têm menor satisfação com a vida, níveis mais baixos de felicidade, maior ansiedade, especialmente se comparados com aqueles sujeitos que não precisavam utilizar-se desta prática em seus deslocamentos diários.

A variável recente neste quesito, no entanto, é a de que, até então, nenhuma sociedade contemporânea havia experienciado, em larga escala, a migração do exercício do trabalho presencial nos escritórios corporativos para os espaços caseiros ou alternativos, como o *coworking* ou o *telecottage*.

No começo, a interrupção das idas frequentes aos espaços dos escritórios e das corporações até soou “charmoso”, sob o ponto de vista da produtividade e da maior permanência das pessoas junto aos seus bens materiais e de seus entes queridos (pessoas e pets), neste final de quarentena (final, ao menos no estágio atual da primeira onda de contágio do vírus), a sedução inicial face ao teletrabalho, ao *home office* e seus correlatos se converteu em repulsas e descontentamentos.

Há, ainda, em nosso levantamento, a emergência de estudos em que se apontam o aumento da felicidade pelo fato de se trabalhar em casa. Uma empresa de recursos humanos, a “Adecco”, fez uma pesquisa que foi bem difundida por *sites* como do INFOMONEY, da ACEAMP (Associação Comercial e Empresarial de Ampère), e do CANALEXECUTIVO (Blog focado no mundo corporativo), em junho de 2020 – há pelo

menos três meses após o início da pandemia no Brasil – mostrando que os profissionais entrevistados, em sua maioria, se sentiam mais produtivos trabalhando a distância.

A Adecco, líder mundial em recrutamento e seleção, realizou, então, uma pesquisa com 1.179 profissionais para entender como foi a adaptação deles e das companhias que trabalham no formato *home office*, durante o período de distanciamento social, e quais as expectativas para o que começava a ser chamado de “o novo normal”.

Segundo seus dados, 48% das empresas dos participantes aderiram ao *home office*, e destes, 86% tiveram facilidade na adaptação ao trabalho *home office*, enquanto que 67% se sentiram mais produtivos trabalhando a distância. Já, 60% concordam que a tecnologia se tornou mais presente no trabalho (CANALEXECUTIVO, 2020).

Portanto, como nosso principal objetivo neste artigo é o de compilar informações, dados e perguntas que possam subsidiar estudos sobre a Pandemia de COVID-19 e seus efeitos, vemos que inúmeras questões ainda serão revistas pela legislação pertinente. Como, por exemplo, a de quem deve pagar pelo custo do trabalho doméstico? Como serão realizadas as demissões? De que forma serão contabilizadas as horas trabalhadas? Como monitorar o tempo de trabalho contratual em um mundo onde ninguém fisicamente observa ninguém? E, até que ponto, as empresas podem vigiar os trabalhadores em casa? E até em que medida os suportes tecnológicos serão autorizados a na invasão da privacidade em nome do controle de tudo isso?

Igualmente, salientamos que os postulados sobre a digestão emocional face aos fatos da pandemia também precisará ser observada a partir de novas óticas.

CONCLUSÃO

Com a iminente retomada dos trabalhos presenciais seja tida como certa ainda no primeiro semestre de 2021, mesmo que a vacinação em massa no Brasil esteja na fase do “engatinhando”, em boa parte do mundo e com as inúmeras questões levantadas nesse período de *home office* e teletrabalho forçados, ainda é um tanto incerto saber como será o escritório do futuro ou se haverá tantos escritórios como os que existiam até o início da pandemia.

Fato, é que o novo cenário impôs desafios às organizações, tanto para gestão das equipes quanto em questões ligadas à oferta de aparatos de tecnologia e alocação de infraestrutura. Como a adoção do trabalho remoto deu-se de modo repentino, as

peças e nem todas as companhias estavam preparadas para que seus funcionários trabalhassem num regime de jornada integral à distância.

Nesse sentido, muitas corporações relataram uma queda na produtividade logo no começo da pandemia, o que, de certo modo, tem contribuído para que estudos como os que apresentamos aqui, evidenciem que o interesse na manutenção de equipes inteira em *home office*, ou a adoção permanente do teletrabalho, talvez precise de alguns ajustes ou nem mesmo aconteça em larga escala.

Há pesquisas que caminham meio que na contramão de uma propalada “tendência” de adesão cega e feliz à atividade remota. Essa alternativa foi tida inicialmente como a única possibilidade de continuidade da atividade econômica face aos decretos de *lockdown* que passaram a vigorar mundo afora e em alguns cantos do Brasil. A nós, restará esperar que o tempo ratifique ou retifique esta ou aquela posição.

Evocamos, neste término de compilação de dados, os resultados da “PNAD COVID-19” (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD COVID-19). Pesquisa considerada pioneira no Brasil, no sentido de constituir a primeira divulgação de estatísticas experimentais elaboradas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas) sobre temas socioeconômicos específicos relacionados à COVID-19. Trazemos tal estudo à baila, visto que seus dados estão alinhados com a estratégia de modernização do Instituto e permitem a ampliação das ofertas de informação ofertadas aos usuários dos sistemas de informação do governo, bem como, contribuem para que o leitor do presente texto possa retroalimentar os dados aqui coletados.

Em suma, na pesquisa “PNAD COVID-19” supra (IBGE, 2020), demonstra-se que, no Brasil, aconteceu um recuo do teletrabalho: em setembro de 2020, o “PNAD COVID-19” demonstra que 8,073 milhões de pessoas trabalhavam de forma remota, e que esse número já é menor que o mês de agosto, com 303 mil pessoas a menos nesta condição (IBGE, 2020).

A realocação de espaços, tornada mercadologicamente e socialmente apta pela Pandemia de COVID-19, foi alvo de estudo divulgado pelo INFOMONEY, numa pesquisa oriunda da empresa de consultoria imobiliária “Cushman & Wakefield” – prestadora de serviços que atua no segmento de aluguel de espaços em edifícios de alto padrão. Nela, revelou-se que 84% das empresas que ocupam escritórios de alto padrão já retornaram gradualmente ou pretendem retornar até o fim deste ano de 2020 aos seus espaços

físicos. Além disso, 59% delas não têm intenção de reduzir ou não conseguem afirmar ainda se reduzirão o tamanho de seus escritórios futuramente (Sutto, 2020).

Com isso, supõe-se como forte a tendência de que as empresas sigam investindo mais em tecnologia e infraestrutura no pós-pandemia. A manutenção, ao menos parcial do trabalho remoto para o pós-pandemia já foi anunciada por algumas grandes empresas, o que manterá a alta demanda por videoconferências, por serviços tecnológicos e pela capacidade de produção dos colaboradores de forma remota (ACEAMP, 2020).

Ou seja, por meio das considerações de Jadson Andrade, que atua como *head* de inteligência de mercado da “Cushman & Wakefield” (detentora dos direitos da pesquisa acima indicada), tais resultados foram surpreendentes e mostram que, se o *home office* ou o teletrabalho não estão literalmente com os seus dias contados em nossa sociedade, é factível crer que ao menos se levará em consideração a possibilidade de convívio de um modelo híbrido de trabalho: “Mesmo diante dos indicadores positivos sobre a adaptação ao formato *home office*, é possível afirmar que a compreensão por parte das pessoas para um acordo mútuo entre empresas e colaboradores é sempre o melhor caminho” (CANALEXECUTIVO, 2020).

Conclui-se, enfim, segundo a pesquisa aludida da “Cushman & Wakefield” (Sutto, 2020), que: “A retomada gradual na ocupação dos escritórios e a intenção de não reduzir o espaço ocupado no pós-pandemia a níveis inferiores aos do pré-pandemia foram dados inesperados”.

REFERÊNCIAS

ACEAMP. **Infraestrutura do home office ainda é desafio para funcionários e empresas!**, 26/09/2020. Disponível em: <http://www.aceamp.com.br/noticia/infraestrutura-do-home-office-ainda-e-desafio-para-funcionarios-e-empresas>. Acesso em 25/10/2020, às 18h36min.

BARBOSA JUNIOR, Francisco de Assim. **Sobre a pandemia do coronavírus, tecnologia e o futuro do trabalho**. CONJUR, 09/04/2020. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-abr-09/opiniao-conoravirus-tecnologia-futuro-trabalho>. Acesso em 24/10/2020, às 22h35min.

BLOOMBERG. **CEO da Microsoft alerta para desvantagens de trabalho remoto**. INFOMONEY, 06/10/2020. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/negocios/ceo-da-microsoft-alerta-para-desvantagens-de-trabalho-remoto/>. Acesso em 25/10/2020, às 14h15min.

CALVETE, Cássio da Silva & HORN, Carlos Henrique. **A Quarta Revolução Industrial e a Reforma Trabalhista: impactos nas relações de trabalho no Brasil**. Porto Alegre: CirKula, 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/fce/wp-content/uploads/2020/09/a-quarta-revolucao-industrial-e-a-reforma-trabalhista.pdf>.

CANALEXECUTIVO. **67% das pessoas se sentem mais produtivas em home office**. ADECCO – (The Adecco Group) Consultoria Global de Recursos Humanos. Disponível em: <https://canalexecutivoblog.wordpress.com/2020/07/29/67-das-pessoas-se-sentem-mais-produtivas-em-home-office/>. Acesso em 25/10/2020, às 17h28min.

CIDADEVERDE.COM. **6 lições que o mundo aprendeu sobre o home office com a pandemia**. Contabilidade, 08/10/2020. Disponível em: <https://cidadeverde.com/contabilidade/110961/6-lico-es-que-o-mundo-aprendeu-sobre-o-home-office-com-a-pandemia>. Acesso em 25/10/2020, às 15h37min.

GASPAR, Danilo Gonçalves & VEIGA, Fabiano Aragão Veiga. **A RESPONSABILIDADE PELOS CUSTOS DOS INSTRUMENTOS DE TRABALHO NO REGIME DE TELETRABALHO**. ITD – Instituto Trabalho em Debate, 23/07/2020. Disponível em: <http://trabalhoemdebate.com.br/artigo/detalhe/a-responsabilidade-pelos-custos-dos-instrumentos-de-trabalho-no-regime-de-teletrabalho>. Acesso em 24/10/2020, às 22h42min.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – **PNAD COVID-19**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/investigacoes-experimentais/estatisticas-experimentais/2988-np-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-pnad-covid19/27947-divulgacao-mensal-pnadcovid2.html?=&t=o-que-e>, acesso em 26/10/2020, às 20h35min.

INTEL. **Remote Management Technology for Business** (2019). Disponível em: <https://www.intel.com.br/content/www/br/pt/business/enterprise-computers/remote-management.html>. Acesso em 24/10/2020, às 21h29min.

NABUCO, Cristina. Epidemia de exaustão. Publicação da Sociedade Brasileira de Infectologia. In: **Gama Revista**, 13/09/2020. Disponível em: <https://gamarevista.com.br/semana/cansou/exaustao-quais-os-sintomas-e-as-causas-durante-a-pandemia/>. Acesso em 25/10/2020, às 14h19min.

NADER, Danielle. **6 LIÇÕES QUE O MUNDO APRENDEU SOBRE O HOME OFFICE COM A PANDEMIA**, 2020. Disponível em: <http://www.spednews.com.br/6-licoes-que-o-mundo-aprendeu-sobre-o-home-office-com-a-pandemia/>. Acesso em 09/01/2021.

PEREIRA, R. H. & SCHWANEN, T. **Tempo de deslocamento casa-trabalho no Brasil (1992-2009): diferenças entre regiões metropolitanas, níveis de renda e sexo**. Brasília: Ipea, 2013.

SANT'ANNA, Emílio. **Confinados em casa, casais lutam contra dificuldades da hiperconvivência** – Aliar trabalho, casamento e cuidado com filhos são um desafio durante isolamento para reduzir risco de contrair corona vírus. Folha de S. Paulo / UOL: 23/03/2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equlibrioesaude/2020/03/confinados-em-casa-casais-lutam-contradificuldades-da-hiperconvivencia.shtml>. Acesso em: 24/10/2020, às 21h59min.

SUTTO, Giovanna. **8 em cada 10 empresas que ocupam escritórios de alto padrão devem retomar o trabalho presencial até o fim de 2020**. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/carreira/8-em-cada-10-empresas-que-ocupam-escritorios-de-alto-padrao-devem-retomar-o-trabalho-presencial-ate-o-fim-de-2020/>. Acesso em 09/01/2021.

SITES CONSULTADOS

ADECCO: <https://www.adecco.com.br/>
 ANS: <http://www.ans.gov.br/>
 CATHO: <https://www.catho.com.br/>
 INFOMONEY: <https://www.infomoney.com.br/>
 INTEL: <https://www.intel.com.br/>
 INVESTING: <https://br.investing.com/>
 JUSBRASIL: <https://www.jusbrasil.com.br/home>
 SBI: <https://infectologia.org.br/>
 SPEDNEWS: <http://www.spednews.com.br/>
 TERRAVIVA: <https://www.terraviva.com.br/>

A ASCENSÃO DO OCIDENTE REPRESENTOU A ASCENSÃO DA LIBERDADE E DA OPULÊNCIA⁹

English Title: THE RISE OF THE WEST REPRESENTED THE RISE OF FREEDOM AND OPULENCE

doi> 10.33726/akdbooks2447-7656v2y12in2026p62-75

HIGGS, Robert¹⁰

RESUMO: A saída dos EUA do Afeganistão, em 2021, ao mesmo tempo em que assombrou o mundo, reacendeu a memória das diferenças historicamente experienciadas entre o Oriente e o Ocidente. Fora do lugar comum que a Pandemia de COVID-19 faz focalizar na China o protagonismo sanitário, bélico, político e econômico de rupturas geopolíticas, o restante da Ásia, para a maior parte dos ocidentais, soa como território propenso ao exotismo, ao arcaísmo e, em certa medida, ao terrorismo internacional. Exceção feita à Índia quanto às tensões, é de boa parte deste Oriente Médio, Próximo e Distante que muitos dos abalos financeiros surgem. Num contexto em que a recuperação econômica global assume papel de relevância no pós-COVID-19, ler, entender e comentar os textos de Mr. Higgs não contempla apenas um objetivo editorial, mas, sobretudo, diante das temáticas do seletor *corpus*, traz em si justificativa sociocultural e, sem dúvida, redundante em inequívoco mérito científico (N. do E.).

PALAVRAS-CHAVE: Oriente e Ocidente, COVID-19, Nota do Editor

ABSTRACT: The US exit from Afghanistan in 2021, at the same time as it haunted the world, rekindled the memory of the historically experienced differences between East and West. Out of the commonplace that the COVID-19 Pandemic makes China focus on the sanitary, military, political and economic protagonism of geopolitical ruptures, the rest of Asia, for most Westerners, sounds like a territory prone to exoticism, archaism and , to some extent, to international terrorism. With the exception of India in terms of tensions, it is from much of this Middle, Near and Far East that many of the financial turmoil arise. Therefore, in a context in which the global economic recovery assumes a relevant role in the post-COVID-19 period, reading, understanding and commenting on Mr. Higgs' texts does not only contemplate an editorial objective, but, above all, given the themes of the select corpus, it brings with it sociocultural justification and, without a doubt, results in unmistakable scientific merit (N. do E.).

KEYWORDS: East and West, COVID-19, Editor's Note

⁹ Texto publicado pelo Instituto Mises Brasil, em 16/08/2021. A equipe do AKEDIA Journal realizou a captação digital, revisões linguísticas e conferiu tratamento textual do original para o formato Artigo Científico Completo, em 2021 e, em 2026, para o formato Capítulo de Livro. Os comentários do Editor-Chefe da AKEDIA Journal, se fizeram necessários para o ajuste do texto de partida aos novos formatos. Neste sentido, impusemos algumas "Notas do Editor" (N. do E.), nas quais buscamos, num rol de escritos do próprio Mr. Higgs, vieses de cotejamento que propusessem diálogos entre o título mais recente com o seu lastro de pensamento (Matriz disponível em: https://mises.org.br/article/2836/a-ascensao-do-ocidente-representou-a-ascensao-da-liberdade-e-da-opulencia-?utm_campaign=carta_semanal_1808&utm_medium=email&utm_source=RD+Station).

¹⁰ Robert Higgs, com 82 anos, em 2026, é um economista e historiador da economia estadunidense, que combina os *insights* da Escola Austríaca de Economia, do Liberalismo Clássico, do Libertarismo em teoria política e legal e políticas públicas. Fundador do "The Independent Review: A Journal of Political Economy" (https://www.independent.org/aboutus/person_detail.asp?id=489), é PhD pela Johns Hopkins University (N. do E.).

INTRODUÇÃO – As causas desta façanha e a retração da China

Ao longo de praticamente todo o período da história humana, privações materiais e insegurança crônica sempre foram a norma. A pobreza, e não a fartura, era o lugar o comum. Nem mesmo aquelas pessoas que estavam no topo da pirâmide social e do poder político podiam usufruir todos estes confortos básicos (como alimentação, habitação e vestuário) e prazeres consumistas que os "pobres" do mundo ocidental atual veem como naturais e corriqueiros.

Nesta primeira **N. do E.** imposta à Introdução, recuperamos de Mr. Higgs, um fragmento em que se tecem ponderações sobre a questão ideológica, a qual tende a normatizar certos contextos socioculturais. Como a constante ideológica é uma premissa basilar civilizatória e, em certos casos, determinantes do ritmo e da qualidade de vida das pessoas, quer tenha sido na Pré História, quer seja na Pré Pandemia, durante e no Pós-COVID-19, vale lembrar, que:

Em toda e qualquer situação, em qualquer época e em qualquer lugar do mundo, o que dominará o pensamento das pessoas, bem como a ação que elas exigirão de suas autoridades, é a ideologia dominante. A ideologia dominante possui o indelével poder de moldar a maneira como as pessoas interpretam o que está ocorrendo no campo social, por que isso está ocorrendo, e o que deve ser feito a respeito. A ideologia exerce seu poder em grande parte por meio daquilo que podemos chamar de poder da predisposição, isto é, o poder que ela possui de gerar conclusões padrões e predeterminadas, as quais, quando examinadas mais detidamente, nada mais são do que meros saltos de fé (Higgs, 17/10/2013: **N. do E.**).

Portanto, é de se assegurar, que um viés ideológico, digamos, hostil, tal como visto em suas variáveis orientais mais ácidas, tenha, de fato, sido responsável por instituir, manter e perpetuar estratos sociais obscurecidos pela miséria, pela ignorância e posturas radicais, uma vez que a ideologia radical gera um tipo de submissão a uma conjuntura mandatária: este é o “poder que ela possui de gerar conclusões padrões e predeterminadas”, segundo salienta Higgs (17/10/2013: **N. do E.**).

Em determinadas épocas, certas populações sobressaíam-se e usufruíam uma qualidade de vida superior – como talvez na Grécia antiga e em Roma, e na

China durante a Dinastia Sung (960-1279) –, mas tais casos representavam a exceção.

No final do século XIV, os chineses provavelmente eram o povo que usufruía o mais alto nível de vida dentre todas as grandes populações do mundo. A admiração com que os europeus receberam os relatos de Marco Polo sobre a China, no final do século XIII – ainda que, como o próprio Polo houvesse declarado em seu leito de morte, ele não descrevera nem metade do que teria visto na China – é uma das provas desta superioridade chinesa.

Ao fim da Idade Média (a partir do Século XVI: **N. do E.**), os europeus começaram a apresentar um progresso econômico mais acelerado, ao passo que os chineses entraram em um processo de estagnação econômica. Ainda mais notável foi a alteração ocorrida na energia econômica da Europa, que começou a se distanciar dos grandes centros comerciais do norte da Itália e se moveu em direção à periferia da civilização, no noroeste da Europa (sobre itens de evolução e de atraso socioeconômico, consultar em nossas Referências, também: Higgs, 24/07/2017: **N. do E.**).

Os bárbaros, aparentemente, haviam, de alguma forma, descoberto o segredo do progresso econômico. Como **N. do E.**, vale dizer que o designativo “Bárbaro” foi a denominação romana dada àqueles que viviam além das fronteiras do Império e que não falavam o Latim. Dentre os principais grupos tidos como “Bárbaros”, temos os: Germanos: de origem indo-europeia, compreendo povos como os “Vigíados”, os “Ostrogodos”, os “Vândalos”, os “Bretões”, os “Saxões”, os “Francos” etc. Havia, também, os Eslavos: provenientes da Europa Oriental e da Ásia, dentre os quais figuravam os “Russos”, os “Tchecos”, os “Poloneses”, os “Sérvios”, e outros. O último grande grupo Bárbaro, são os Tártaro-mongóis: origem asiática, formado basicamente pelas tribos dos “Hunos”, dos “Turcos”, dos “Búlgaros” e além destes.

Ainda em regime de **N. do E.**, tomamos a liberdade de indagar o texto de Higgs que, neste ponto, deixa em suspensão a ideia sobre qual formato teria a Europa lançado mão para avançar economicamente face aos outros povos. Mais

adiante neste *paper*, Mr. Higgs aporá algumas hipóteses – o que não traz impeditivo em apresentarmos a nossa. Assim, trouxe como complemento de seu pensamento, a escravidão humana como um fato que, se não foi omitido originalmente por Higgs, no presente escrito, deve ter sido, no mínimo, alvo de suas reflexões:

Todas as sociedades da terra utilizam a escravidão. O corolário não-explicito é que todas as sociedades devem recorrer ao trabalho escravo. A difusão generalizada de uma instituição parece, a muitas pessoas, constituir uma prova convincente e irrefutável de sua necessidade. Talvez, como defende uma das variáveis dessa corrente, toda sociedade utiliza o trabalho escravo porque certos tipos de trabalho são tão difíceis ou tão degradantes, que nenhuma pessoa livre irá se dispor a fazê-lo – e, portanto, a menos que haja escravos para realizar esses trabalhos, eles não serão realizados. Como dizia o ditado do sul dos EUA, alguém tinha de se sujar de lama, e as pessoas livres não iriam tolerar exercer essa função (Higgs, 10/05/2010: **N. do E.**).

Para este Editor e comentarista sociocultural, à luz do que o próprio Higgs argumenta, a escravidão parece ter desempenhado um papel fundamental no fortalecimento econômico, político e cultural dos processos civilizatórios antigos e não apenas nos da Europa Pós Medieval. Esse dado é de relevância tal que, é de se supor que a mão-de-obra escrava não só pode ter contribuído para que o Velho Continente enriquecesse e deixasse parte da Ásia milenar para trás, como também tenha alavancado os projetos coloniais europeus nos continentes americano e africano (Higgs, 10/05/2010: **N. do E.**).

Dali em diante, apesar de alguns reveses e contratemplos, os europeus ocidentais – e, mais tarde, seus primos coloniais na América do Norte – conseguiram progredir de modo contínuo e se distanciar economicamente do resto da humanidade. No século XVIII eles já estavam muito à frente dos chineses, para não mencionar em relação aos povos mais atrasados do mundo.

E, até o presente, essa disparidade de riqueza continua extremamente significativa.

Como foi que o Ocidente teve êxito em gerar esse progresso econômico contínuo?

DISCUSSÕES – O que houve?

Historiadores e cientistas sociais já ofereceram várias hipóteses; porém, até o momento, nenhuma explicação única conseguiu ganhar aceitação geral. Ainda assim, certos elementos de uma determinada resposta conseguiram obter um amplo consentimento.

Deirde McCloskey afirma que houve uma mudança radical na mentalidade das pessoas. Houve uma modificação na atitude delas em relação ao empreendedorismo, ao sucesso empresarial e à riqueza em geral. O crescente individualismo da cultura ocidental, arraigado na Doutrina Cristã, também parece ter contribuído significativamente (LAL, 1998).

Adicionalmente, a fragmentação política dos povos europeus durante a Baixa Idade Média (momento situado entre os séculos XI e XIII: **N. do E.**) e o início do período moderno – um pluralismo político com centenas de jurisdições distintas – estimulou um processo de experimentação institucional e tecnológica por meio do qual empreendedores puderam descobrir como tornar a mão-de-obra e o capital mais produtivo.

Fundamental a este dinamismo sustentado foi a importância crescentemente dada aos direitos de propriedade privada. Se as pessoas não confiam que haverá uma razoável chance de colherem os frutos de seus próprios esforços e investimentos, elas terão pouco ou nenhum incentivo para trabalhar duro e acumular capital físico, humano e intelectual. E, sem tal acumulação, é impossível haver um progresso econômico contínuo.

No entanto, estes direitos de propriedade, que se tornaram mais seguros e confiáveis, não simplesmente caíram do céu. Na maioria das vezes, os comerciantes adquiriram a proteção de tais direitos, por meio de pagamento de propinas aos barões medievais (nobres déspotas que extorquiam tributos) e aos aspirantes a reis que constituíam a fragmentada elite dominante da Europa ocidental (sobre itens que tratam do comportamento das elites na conjuntura sociocultural mais ampla, consultar em nossas Referências, também: Higgs, 12/04/2017: **N. do E.**).

E, ainda em ambiente de **N. do E.**, nos cabe, neste instante, evocar como paralelo e sem demérito algum ao país, tampouco a Mr. Higgs, uma questão bairrista brasileira, a qual se assemelha bastante ao que Higgs pontua em seu discurso, falando sobre a promiscuidade aparente entre certos setores da sociedade organizada, e o seu parque produtivo.

Recentemente, o Brasil tem vivido cenas viscerais no campo da política, da economia, da cultura. Depois da eleição que empossou o Presidente Jair Bolsonaro (01/01/2019), a sociedade se dividiu basicamente em dois grandes blocos: de um lado, os que apoiam o atual governo e que querem fazer a sociedade avançar e a economia prosperar; e, de outro lado, aqueles que são contra toda e qualquer iniciativa governamental neste sentido, preferindo, inclusive, cultivar a ideia de que receber do Estado as soluções para os problemas socioeconômicos é a melhor via a ser seguida. Contudo, vale lembrar, que o:

O keynesiano vulgar¹¹ não entende que o extremo ativismo político pode funcionar contra a prosperidade econômica, pois cria aquilo que chamo de "incerteza do regime", uma difusa e generalizada incerteza quanto à própria natureza da iminente ordem econômica, especialmente em relação a como o governo irá tratar os direitos de propriedade no futuro (HIGGS¹², 1997). Esse tipo de incerteza desestimula especialmente os investidores, deixando-os temerosos de colocar dinheiro em projetos de longo prazo. Tais investimentos de longo prazo, que desapareceram dos EUA quase que por completo após 1929, só vieram a se recuperar plenamente após a Segunda Guerra Mundial (Higgs, 06/11/2011: **N. do E.**).

Talvez seja por isso, isto é, pela aparente repetição histórica das "Incertezas do Regime", as quais geram ciclos de "Bolhas" e de "Depressão" econômica que se sucedem, mais ou menos ao sabor de maiores ou menores interferências políticas, que os analistas socioeconômicos, em 1993, criaram um índice para medir o grau de tensão nos mercados. Esse é o índice **VIX** (também chamado de "Índice do Medo", que é a sigla para a expressão "Volatility Index" / "Índice de Volatilidade": **N. do E.**).

¹¹ Mr. Higgs, dizendo "keynesiano vulgar", se refere ao indivíduo adepto de uma teoria econômica formulada pelo economista John Maynard Keynes (1883-1946), que defende que deve haver plena ação do Estado nas políticas econômicas de um país, para atingir o pleno emprego e o equilíbrio econômico (**N. do E.**).

¹² HIGGS, Robert. Regime Uncertainty: Why the Great Depression Lasted So Long and Why Prosperity Resumed after the War. In: *The Independent Review* 1, no. 4 (spring), 1997, p. 561-90.

A importância de se destacar a variável medida pelo VIX, no contexto entrecruzado entre o que postula Higgs quanto ao sujeito keynesiano e o nosso apontamento editorial complementar é tão elementar, que vimos que foi sob a prática do medo, que se deu no Brasil, no dia 09/09/2021, depois de um conturbado dia 07/09/2021, uma violenta queda dos mercados e do ânimo social e político. Nesse dia, que pode ter sido um dos momentos de auge da polarização política contemporânea, o Presidente Bolsonaro agiu mais como um cidadão indignado e menos como um estadista – resumidamente, na vigência de uma “briga” entre os Poderes da República, a fala de Bolsonaro, no Dia da Independência, manifestou voto pela continuidade da briga (N. do E.).

Isso fez a Bolsa de Valores despencasse, baixando as cotações de ativos, criando instabilidade política e jurídica intensa, mas, bastou que, dois dias depois, no final da tarde de 09/09/2021, fosse divulgada uma nota de “reco estratégico”, via Redes Sociais, atribuída ao Presidente, mas sabidamente orientada e corregida pelo Ex-Presidente e conselheiro de Bolsonaro, Michel Temer, que todo o medo se dissipasse, e que o IBOVESPA¹³ disparasse repentinamente, saindo de uma baixa depressiva, para uma alta retumbante (REUTERS, 2021). Isso não mostra tudo, mas põe frente a frente dois argumentos de Higgs: a) o do “keynesiano vulgar”; e, b) o das “incertezas do regime” (N. do E.).

No extremo [disso tudo], os comerciantes estabeleceram uma independência política nas cidades-estados, onde podiam exercer total controle sobre as instituições legais que davam suporte às suas atividades econômicas: "O fato de que a civilização europeia passou por uma fase em que foram criadas cidades-estados", de acordo com Sir John Hicks, "é essencial para se entender a divergência entre a História da Europa e a História da Ásia" (Hicks, 1969).

No final da Era Medieval, Veneza, Genova, Pisa e Florença eram as principais cidades de Europa. Mais tarde, Bruges, Antuérpia, Amsterdã e Londres

¹³ O Índice BOVESPA é composto pela observação do comportamento de compras e vendas de 66 ações específicas, dentre um volume de perto de 500 ativos negociados na Bolsa de Valores de São Paulo (N. do E.).

assumiram a liderança. Cada cidade tinha sua própria milícia, a qual estava sempre pronta para defendê-la contra ameaças à sua autonomia político-econômica.

Para facilitar seus negócios, os comerciantes criaram seu próprio sistema jurídico. Com o intuito de fornecer uma rápida, barata e justa resolução para as contendas comerciais. Esta *Lex Mercatoria*¹⁴ criou instituições e precedentes que sobrevivem até o presente, e as quais encontram hoje expressão em um vasto sistema de resoluções alternativas (não-estatais) de contendas, como as arbitragens privadas.

A **N. do E.** lembra, aqui, que, na mesma linha de raciocínio que Higgs já assinala no parágrafo anterior, como prática de autodeterminação dos sistemas econômicos, trata-se de conduta também registrada nos sistemas socioculturais. Embora informal, a *Lex Mercatoria* e o Contrato Social¹⁵, constituem-se em expedientes normativos subjetivos, os quais, em alguns ordenamentos jurídicos, são dispositivos recepcionados como “Direito dos Costumes”, enquanto que, noutros, são mais familiares os dispositivos oriundos do “Direito Objetivo”:

Levanto essa questão porque, no que concerne ao chamado contrato social, frequentemente tive a chance de protestar dizendo que jamais havia visto tal contrato, muito menos havia sido consultado sobre meu consentimento quanto a ele. Para ser válido, um contrato requer oferta voluntária, aceitação e compensação. Como jamais recebi tal oferta de meus governantes, certamente jamais aceitei tal contrato; e, em vez de compensação, tudo que recebi dos meus governantes foram desconsideração, desrespeito e desdém – para não mencionar o fato de que os governantes, não obstante a ausência de qualquer acordo, sempre ameaçaram explicitamente me infligir grandes danos caso eu não obedecia aos seus éditos (Higgs, 29/03/2021: **N. do E.**).

Em alguns países, os comerciantes e industriais utilizavam sua influência política para introduzir suas instituições jurídicas consuetudinárias nas Leis estatais. Por causa da fragmentação política da Europa, governos que dificultavam excessivamente a vida dos empreendedores tendiam a perder comerciantes e

¹⁴ Normas jurídicas que surgiam de forma espontânea ao longo do tempo, a partir de costumes. Estas eram aceitas e referendadas reciprocamente pelos atores do comércio internacional, sem nenhum vínculo com o ordenamento jurídico dos respectivos países envolvidos nas negociações (**N. do E.**).

¹⁵ Para Jean Jacques Rousseau (1712-1778), o Contrato Social é um mecanismo, por meio do qual, o homem natural recupera a sua liberdade, por meio de uma adesão deste à sociedade civil, donde necessariamente se deverá abrir mão da primazia da individualidade em prol da soberania da coletividade (**N. do E.**).

seus negócios – e, por conseguinte, sua base tributária – para jurisdições concorrentes, de modo que a simples ameaça de tais perdas já fazia com que os governantes fossem mais contidos em sua fúria reguladora e tributária, dando aos empreendedores mais liberdade de manobra (Rosenberg & Birdzell Jr., 1986).

A **N. do E.** aqui se faz pertinente, na medida em que entendemos existir uma não mencionada conexão entre esta Europa, política e economicamente dispersa, e os princípios fundadores do Liberalismo Clássico. Em certa medida, o instituto da *Lex Mercatoria*, *per se*, é resultante natural deste contexto socioeconômico desviante, emergindo mesmo como condição natural para que se tivesse alguma padronização dos processos e dos negócios:

O liberalismo clássico é um sistema de governo em que o estado detém apenas o monopólio da segurança e da justiça, e lida exclusivamente com estas questões, não se intrometendo em nada mais. Tendo essa definição em mente, é possível entender por que uma pessoa defenderia o liberalismo clássico. Mais de quarenta anos atrás, eu mesmo era um resolutivo defensor deste sistema. As pessoas se tornam defensoras do liberalismo clássico por várias razões, sendo que as duas principais, as quais são interrelacionadas, são: 1) elas passam a entender que, se o objetivo é gerar prosperidade e paz, então o livre mercado funciona melhor do que sistemas econômicos controlados pelo governo; e 2) porque elas passam a acreditar que podem, com muita razão, reivindicar (seguindo um raciocínio um tanto lockeano) seus direitos à vida, à liberdade e à propriedade, sem sofrer coerção (Higgs, 11/06/2013: **N. do E.**).

Neste sentido, as Cidades-Estados, em tese, originariamente se fundariam sobre o ideário Liberal, na medida em que “aceitam o governo, mas, somente com a condição de que o governo se mantenha estritamente limitado a proteger as pessoas contra violências e fraudes que iriam injustamente privá-las de sua vida, liberdade e propriedade” (Higgs, 11/06/2013: **N. do E.**).

[Logo, foi assim que] o grande enriquecimento começou para valer na Holanda, do século XVII. No século XVIII, o fenômeno já havia se espalhado para a Inglaterra, Escócia e as colônias americanas. Começou com o para-raios de Franklin e a máquina a vapor, de James Watt.

Isso foi expandido, nos anos 1820 (Século XIX), para uma nova invenção: as ferrovias com locomotivas à vapor. E, então, vieram as

estradas macadamizadas¹⁶. Depois, surgiram as ceifadeiras, criadas por Cyrus McCormick, e as siderúrgicas, criadas por Andrew Carnegie. Ambos eram escoceses que viviam nos EUA.

Tudo se intensificaria ainda mais no restante do século XIX, e aceleraria fortemente no início do século XX.

Deu-se dignidade e liberdade à Classe Média pela primeira vez na história da humanidade, e esse foi o resultado: o motor à vapor, o tear têxtil automático, a linha de montagem, a orquestra sinfônica, a ferrovia, a empresa, o abolicionismo, a imprensa à vapor, o papel barato, a alfabetização universal, o aço barato, a placa de vidro barata, a universidade moderna, o jornal moderno, a água limpa, o concreto armado, os direitos das mulheres, a luz elétrica, o elevador, o automóvel, o petróleo, as férias, o plástico, meio milhão de novos livros em inglês por ano, o milho híbrido, a penicilina, o avião, o ar urbano limpo, direitos civis, o transplante cardíaco e o computador, feitos que redundaram no fato de que as pessoas comuns e, especialmente os mais pobres, tiveram sua vida melhorada.

CONCLUSÕES – A retração da China e do mundo islâmico

Consequentemente, o Ocidente, que durante séculos havia ficado atrás da China e da civilização islâmica, se tornou incrivelmente inovador, a partir do século XVIII. Já, a China, que por séculos havia sido a grande potência do mundo, começou um fragoroso processo de retração.

Ao contrário dos comerciantes da Europa e, posteriormente, dos Estados Unidos, que conseguiam jogar um governo contra o outro em sua contínua busca por direitos de propriedade mais confiáveis, os empreendedores da China sofreram implacáveis ataques estatais de seu amplo e abrangente governo imperial (sobre modos e consequência de intervenção estatal na sociedade, consultar em nossas Referências, também: Higgs, 05/08/2008 e 12/09/2019: **N. do E.**).

¹⁶ Macadame (do inglês Macadam) é um tipo de pavimento para estradas desenvolvido pelo engenheiro escocês, John Loudon McAdam, acerca de 1820. O processo recebeu o nome de Macadam, dado em homenagem ao seu criador, e consiste em assentar três camadas de pedras postas numa fundação, com valas laterais dispostas para o enxugo da água da chuva (**N. do E.**).

Em 1500, o governo decretou ser pena capital construir navio com mais de dois mastros; e, em 1525, ordenou-se a destruição de todas as embarcações construídas para navegação no oceano. Assim, a China, cujo comércio exterior havia sido vasto e abrangente durante séculos, impôs a si própria uma trajetória que a levaria à pobreza, à derrota e ao declínio. Dentre várias outras ações adversas, o governo mandarim interrompeu o desenvolvimento de relógios e de máquinas industriais movidas a água por toda a China.

A título de **N. do E.**, retomamos, de um texto de 2013, um trecho, em que Mr. Higgs já se apresentava como avesso à centralização social, política e econômica, particularmente quanto aos postulados emanados de Rússia, China e outros países propensos à mesma prática:

Quando me tornei um libertário, comecei abraçando posturas consequentialistas ou utilitaristas, talvez por causa de minha formação como economista. Estava convencido de que uma sociedade livre seria mais rica, mais saudável e mais feliz — certamente no longo prazo, se não imediatamente — do que uma sociedade controlada. Com base na teoria econômica e na história da economia, pude compreender os apavorantes fracassos das economias centralmente planejadas da URSS, da China, do Camboja e de outros países. Essa compreensão me impressionou e me pareceu ser um fundamento perfeitamente adequado para que qualquer um se tornasse adepto do libertarianismo (Higgs, 13/02/2013: **N. do E.**).

No mundo islâmico, um governo imperial também esmagou o progresso econômico ao se mostrar incapaz de proteger direitos de propriedade e ao impor regulamentações e impostos arbitrários.

No século XX, o império soviético igualmente adotou a política de inventar e impor uma grande e péssima ideia – planejamento econômico centralizado –, a qual suprimiu totalmente a liberdade econômica necessária para um progresso econômico contínuo e robusto.

Infelizmente, os comunistas chineses, os europeus do leste, e vários governos pós-coloniais do Terceiro Mundo seguiram o caminho aberto pela URSS, e foram à ruína econômica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS – Hoje

Durante os últimos 20 séculos, as maiores economias do mundo foram China e Índia, exceto nos últimos dois séculos, o XIX e o XX, devido à ascensão do capitalismo no Ocidente. Com a chegada da economia de mercado ao Oriente, o século XXI poderá vivenciar a "volta à normalidade", com o retorno da populosa Ásia à liderança – principalmente se as economias ocidentais continuarem demonstrando uma olímpica indiferença aos pilares básicos de sua pujança.

No século XXI, era de se esperar que, finalmente, as pessoas e os governos já houvessem entendido o elo inquebrantável entre liberdade econômica e crescimento econômico, e apreciassem a importância vital dos direitos de propriedade privada. Porém, e infelizmente, isso parece ainda não ser a realidade. Contudo, o que podemos constatar, nesta derradeira **N. do E.**, é que:

[...] ao longo dos últimos 5.000—10.000 anos, para praticamente todos os seres humanos do mundo, o Estado sempre existiu e sempre esteve presente com suas depredações e abusos dos direitos humanos. Seu poder de dominar, subjugar e espoliar seus súditos é cuidadosamente sustentado pela sua destreza em explorar os medos humanos, dentre eles o medo dos indivíduos em relação ao próprio Estado e a outras ameaças à vida e à integridade, contra as quais o Estado jura que irá nos proteger. (Nessa postura, o Estado em nada se difere daquelas gangues de bairro que extorquem pessoas em troca de "proteção".) (HIGGS, 17/06/2015: **N. do E.**).

Desse modo, não é demasiado lembrar, que o verdadeiro poder advém e se mantém por meio do povo de uma Nação, ainda que o Estado e suas elites políticas predominantemente se ocupem de “três maneiras básicas de manter a população submissa e dócil aos seus mandos e desmandos: subornar, ameaçar e mentir” (HIGGS, 15/09/2016: **N. do E.**).

Em todos os cantos do globo, os governos continuam concedendo privilégios a grupos específicos, atacando empreendedores que genuinamente criam riqueza e impondo restrições que estrangulam a liberdade econômica.

Como a história perfeitamente mostra, os direitos de propriedade privada requerem uma contínua e inflexível defesa – caso contrário, as pré-condições para todo e qualquer progresso econômico serão solapadas e destruídas.

REFERÊNCIAS ORIGINAIS MANTIDAS

HICKS, John. **A Theory of Economic History**. London: Oxford University Press, 1969, p. 38.

LAL, Deepak. **Unintended Consequences**: The Impact of Factor Endowments, Culture, and Politics on Long-Run Economic Performance. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1998, p. 75–97.

ROSENBERG, Nathan & BIRDZELL JR., L. E. **How the West Grew Rich**: The Economic Transformation of the Industrial World. New York: Basic Books, 1986.

REFERÊNCIAS MENCIONADAS PELA AKEDIA (NAS N. DO E.)

HIGGS, Robert. **Como Franklin Roosevelt piorou a Depressão**. Instituto Mises Brasil, 05/08/2008. Disponível em: <https://mises.org.br/article/130/como-franklin-roosevelt-piorou-a-depressao>. Acesso em: 10/09/2021, às 16h19min.

HIGGS, Robert. **Seis erros fundamentais da atual ortodoxia econômica**. Instituto Mises Brasil, 06/06/2011. Disponível em: <https://mises.org.br/article/1002/seis-erros-fundamentais-da-atual-ortodoxia-economica>. Acesso em: 10/09/2021, às 16h19min.

HIGGS, Robert. **Defender a liberdade: porque ela funciona ou porque é moralmente correto?** Instituto Mises Brasil, 13/02/2013. Disponível em: <https://mises.org.br/article/1524/defender-a-liberdade-porque-ela funciona-ou-porque-e-moralmente-correto>. Acesso em: 10/09/2021, às 16h19min.

HIGGS, Robert. **O sonho impossível do liberalismo clássico**. Instituto Mises Brasil, 11/06/2013. Disponível em: <https://mises.org.br/article/1621/o-sonho-impossivel-do-liberalismo-classico>. Acesso em: 10/09/2021, às 16h19min.

HIGGS, Robert. **Dez conclusões falaciosas da ideologia dominante**. Instituto Mises Brasil, 17/10/2013. Disponível em: <https://mises.org.br/article/1371/dez-conclusoes-falaciosas-da-ideologia-dominante>. Acesso em: 10/09/2021, às 16h19min.

HIGGS, Robert. **Por que as pessoas se submetem aos desmandos do estado e de seus políticos**. Instituto Mises Brasil, 17/06/2015. Disponível em: <https://mises.org.br/article/1905/por-que-as-pessoas-se-submetem-aos-desmandos-do-estado-e-de-seus-politicos>. Acesso em: 10/09/2021, às 16h19min.

HIGGS, Robert. **Estes são os verdadeiros três poderes do governo**. Instituto Mises Brasil, 15/09/2016. Disponível em: <https://mises.org.br/article/2514/estes>

[sao-os-verdadeiros-tres-poderes-do-governo](#). Acesso em: 10/09/2021, às 16h19min.

HIGGS, Robert. **Sejamos francos: a política é assalto organizado**. Instituto Mises Brasil, 12/04/2017. Disponível em: <https://mises.org.br/article/2561/sejamos-francos-a-politica-e-assalto-organizado>. Acesso em: 10/09/2021, às 16h19min.

HIGGS, Robert. **Todas as políticas governamentais são bem-sucedidas no longo prazo**. Instituto Mises Brasil, 24/07/2017. Disponível em: <https://mises.org.br/article/2729/todas-as-politicas-governamentais-sao-bem-sucedidas-no-longo-prazo>. Acesso em: 10/09/2021, às 16h19min.

HIGGS, Robert. **Por que políticas de estímulos e intervenções governamentais geram recessões**. Instituto Mises Brasil, 12/09/2019. Disponível em: <https://mises.org.br/article/2598/por-que-politicas-de-estimulos-e-intervencoes-governamentais-geram-recessoes>. Acesso em: 10/09/2021, às 16h19min.

HIGGS, Robert. **O contrato social e o consentimento do governado**. Instituto Mises Brasil, 29/03/2021. Disponível em: <https://mises.org.br/article/1043/o-contrato-social-e-o-consentimento-do-governado>. Acesso em: 10/09/2021, às 16h19min.

REUTERS. **Ao encontro do que a maioria dos brasileiros espera**”: políticos comentam declaração à nação de Bolsonaro. Bolsonaro divulgou nota no final da tarde com conteúdo apaziguador, declarando respeito pelas instituições, 09/09/2021. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/politica/ao-encontro-do-que-a-maioria-dos-brasileiros-espera-politicos-comentam-declaracao-a-nacao-de-bolsonaro/>. Acesso em: 10/09/2021, às 13h46min.